

17

Francisco José Terroso Cepeda

Emigrantes regressados e desenvolvimento no Nordeste Interior Português

SÉRIE

Estudos

ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA

EDIÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Francisco José Terroso Cepeda

**Emigrantes regressados e
desenvolvimento
no Nordeste Interior Português**

17

Francisco José Terroso Cepeda

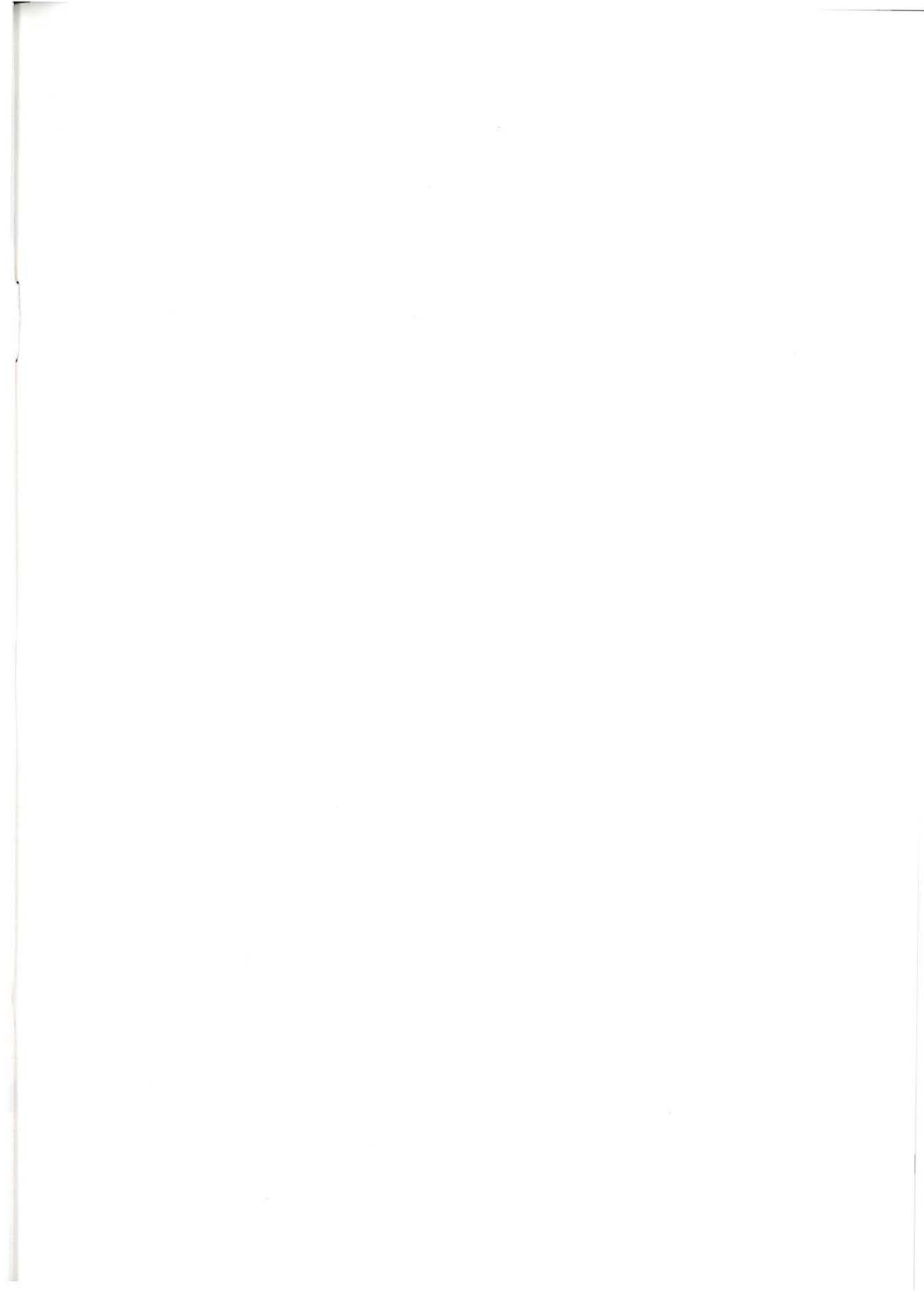
Emigrantes regressados e desenvolvimento no Nordeste Interior Português

SÉRIE

Estudos

EDIÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Título: Emigrantes regressados
e desenvolvimento no Nordeste Interior Português
Autor: Francisco José Terroso Cepeda
Edição do Instituto Superior Politécnico de Bragança • 1991
Apartado 38 • 5300 Bragança • Portugal
Telefs. (073) 23 976 • 25 570 • 27 611 • 27 623 • 27 659 • 27 671 • 27 683
Telex 27 750 Inspol P • Telefax (073) 25 405
Grafismo: Atilano Suarez
Impressão: Serviços de Imagem do IPB • Tiragem: 400 exemplares
Depósito legal nº 50 182/91



Índice

Resumo • Abstract • Résumé	9
1 • Introdução	11
2 • O Inquérito e a Representatividade da Amostra	15
3 • O Perfil do Emigrante Regressado	23
4 • Emigrantes Regressados e Desenvolvimento	39
Bibliografia	57



Emigrantes regressados e desenvolvimento no Nordeste Interior Português

Resumo

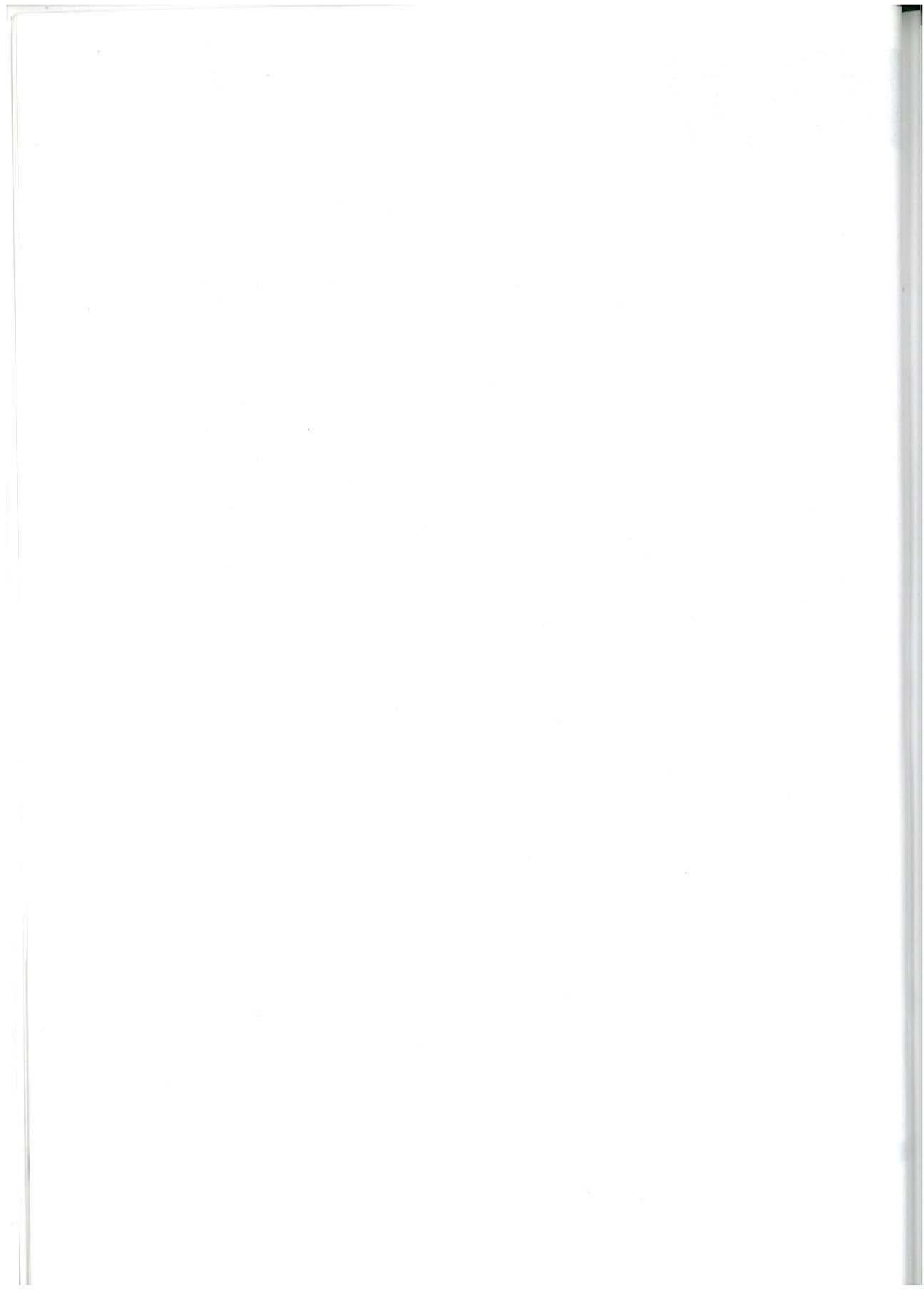
A finalidade principal deste estudo é conhecer as características específicas dos emigrantes regressados definitivamente ao Nordeste Interior e, bem assim, avaliar a forma como se processa a sua reintegração no meio que haviam abandonado em circunstâncias difíceis. Pretende-se igualmente verificar se os emigrantes regressados poderão ou não constituir um factor de modificação e inovação das condições sócio-económicas da região, no sentido de poderem transformar-se em catalizadores de desenvolvimento.

Abstract

The main purpose of this studio is to analyse the specific characteristics of the definitive return of emigrants to the inland of portuguese north-east and to appreciate the process of theyr reintegration in the community they had left in difficult circumstances. The study also pretend to verify if the emigrants will represent or not an agent of modification and innovation of social and economic conditions of the region, in the way they may contribute for its development.

Résumé

Cette étude se propose d'analyser les caractéristiques spécifiques du retour définitif des émigrants à l'intérieur du nord-est portugais, et d'apprécier les conditions de leur réintégration dans la communauté qu'ils avaient quitté dans des circonstances très difficiles. L'étude permet aussi de vérifier si les émigrants retournés pourront ou non constituer un agent de changement et d'innovation des conditions socio-économiques de la région, de telle façon qu'ils puissent contribuer au processus de développement.



1 • Introdução

No Nordeste Interior Português observou-se, a partir dos anos sessenta, um êxodo populacional sem precedentes. A Região assistiu, impotente, a uma debandada contínua da sua população activa mais jovem, resvalando perigosamente para um processo evolutivo de desertificação¹⁾ Na origem deste fenómeno encontramos a fome, a miséria, as desumanas condições de trabalho²⁾, a insegurança, comuns a tantos habitantes desta Região. A emigração estava, assim, em relação directa com a estagnação (e quantas vezes retrocesso...) das estruturas económicas e sociais do Nordeste Interior.

Em paralelo com esta situação de miséria os países europeus mais desenvolvidos atravessavam um período de grande progresso económico; para que este período perdurasse viram-se na necessidade de recrutar mão de obra estrangeira com vista à manutenção de altas produções. Os salários pagos à mão de obra imigrada (embora menores que os recebidos pelos seus naturais) atingiam valores elevados, tornando-se num grande incentivo à entrada de novos trabalhadores estrangeiros.

1) Segundo ALMEIDA, Carlos e BARRETO, António "a desertificação não se traduz só por este movimento de fuga. Há um outro aspecto, talvez mais grave, que é a perda de vitalidade demográfica e que se traduz pelos saldos fisiológicos negativos", *in* Capitalismo e Emigração em Portugal. Prelo. 3ª edição. Lisboa, 1976.

2) Os assalariados agrícolas trabalhavam, nessa altura, de sol a sol.

Era, para os emigrantes do Nordeste Interior Português, a realização do grande sonho – sempre presente e sempre adiado – de conseguirem um nível de vida consentâneo com a dignidade humana, objectivo impossível de materializar na Região pela incapacidade manifesta dos governantes em satisfazerem as necessidades básicas da população.

E assim partiram muitos milhares de Nordestinos, novos e velhos, homens e mulheres, prontos para (re)começar a vida noutras paragens, cidadãos de uma *Pátria em Viagem*, elementos activos, no dizer de Oliveira Martins ³⁾ *desta quase única e em todo o caso principalíssima indústria portuguesa de exportação: a cria de gado humano*.

As autoridades do País e da Região reagiam apenas esporadicamente ⁴⁾ a este tão grande êxodo, sem grande entusiasmo, chegando mesmo a fazer – embora indirectamente – a apologia da emigração. A explicação para este facto é fácil de encontrar: a emigração funcionava como uma autêntica válvula de segurança em relação às tensões sociais, aumentava o poder de compra de grande número de pessoas que recebiam as remessas do estrangeiro e, fundamentalmente, originava as receitas que serviam para equilibrar a Balança de Pagamentos.⁵⁾

O valor acrescentado produzido por esse tão numeroso e importante capital humano ficava no estrangeiro, enriquecendo e desenvolvendo os países de acolhimento. O Nordeste Transmontano limitava-se a receber uma parte muito reduzida da riqueza produzida pelos seus naturais emigrados, proveniente das remessas correspondentes a uma quota-parte dos salários.

Enquanto o êxodo para o estrangeiro continuava, a agricultura do Nordeste, já de si atrasada e vítima de uma política governamental desastrosa ⁶⁾, ficou entregue a pessoas idosas, avessas a inovações, limitando-se a cultivar as melhores parcelas das explorações agrícolas. A produtividade agrícola diminuiu

3) MARTINS, Oliveira - *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa, 1956.

4) A Junta de Emigração num comunicado publicado no Diário de Lisboa de 1 de Julho de 1967, afirmava: *Foi limitada a emigração nos sectores profissionais em que estava causando graves perturbações à economia nacional, limitação que abrange designadamente trabalhadores agrícolas e operários qualificados. Deste modo, todas as pessoas que pretendem emigrar, inclusivamente as que se tenham deslocado ou se deslocem para o estrangeiro sem passaporte, estão sujeitas ao referido condicionamento*.

5) ... *É da emigração da miséria que a Pátria tira depois o ouro com que salda a conta da sua desorientação económica e dos seus desperdícios financeiros*, afirmava SILVA, F. Emídio, citado por SERRÃO, Joel - *A Emigração Portuguesa*. Livros Horizonte. Lisboa, 1982.

6) A política governamental dos anos sessenta atribuiu prioridade absoluta ao desenvolvimento industrial o qual, por sua vez, pensava-se que arrastaria o desenvolvimento agrícola. Tal política falhou rotundamente no Nordeste Interior Português. O sector agrícola não só não melhorou como até se verificou uma certa retracção, fruto da não introdução atempada de tecnologia apropriada e da falta de uma extensão rural eficaz.

substancialmente, como resultado lógico da não substituição dos trabalhadores emigrados por tecnologia apropriada.

A indústria, com fraca implantação na Região, continuou sem grande dinamismo, mantendo-se o tecido industrial sem grandes oscilações.

O Nordeste Interior, incapaz de inverter as situações negativas da agricultura e indústria, viu aumentar consideravelmente o fosso que o separava das restantes Regiões do País, nunca conseguindo tirar partido desse tão importante instrumento de desenvolvimento económico que possuía: o capital humano.

Um factor exógeno à vontade quer dos emigrantes quer dos países de acolhimento – o primeiro choque petrolífero de 1973 – veio modificar totalmente os movimentos migratórios, diminuindo significativamente o número de saídas de trabalhadores da Região. Com efeito, o aumento brusco dos preços do petróleo originou, sobretudo a nível dos países pertencentes às Comunidades Europeias, uma redução substancial da actividade económica e da procura de mão de obra imigrada ⁷⁾.

Esta mudança de atitude por parte das autoridades dos países de acolhimento fez com que o problema do regresso, sempre presente entre os emigrantes portugueses nos países europeus, se colocasse com outra acuidade. Na verdade, toda a problemática do regresso – sempre pensado mas nunca decidido – se foi agravando à medida que aumentava o desemprego nos países de acolhimento.

Confrontadas com uma grave recessão económica as autoridades dos países de acolhimento incentivam os trabalhadores imigrantes a regressarem aos seus países, concedendo-lhes para tal subsídios de regresso.

Viram-se assim os emigrantes do Nordeste Interior confrontados entre a opção de permanecerem por mais alguns anos nos países de acolhimento ou regressarem mais cedo do que tinham previsto, conseguindo, nesta última modalidade, uma poupança adicional dada pelos Governos dos Países onde trabalhavam.

O número de emigrantes já regressados ao Nordeste, o seu perfil sócio-económico, a (re)inserção na Região que haviam abandonado e a contribuição que podem dar para a transformação das estruturas económicas existentes serão o objectivo principal da nossa análise.

7) Segundo STAHL, Heinz Michael, *olhando para a França e para a Alemanha, as políticas imigratórias levadas a cabo pelos respectivos Governos podem ser caracterizadas, até 1973/1974, como liberais e até mesmo estimulantes da imigração como fonte de mão de obra barata. A partir de então, a política foi completamente invertida, de modo a parar a contratação de imigrantes oriundos de países não comunitários e acabar com a emigração clandestina, in Perspectivas da Emigração Portuguesa Para a CEE - 1980 / 1990. Morais Editores / IED. Lisboa 1982.*



2 • O inquérito e a representatividade da amostra

A deficiência e/ou ausência de estatísticas oficiais portuguesas relativas à emigração e ao regresso levou-nos a efectuar um inquérito com vista à detecção de um conjunto de dados significativos quanto à problemática do regresso de emigrantes ao Nordeste Interior.

Para efectuar esta pesquisa tivemos que recorrer aos diferentes métodos quantitativos mais utilizados, incidindo especialmente no das quotas fixas e no probabilístico.⁸⁾

8) O método das quotas fixas preconiza a selecção de uma parte do universo, parte essa que terá em consideração um conjunto de características específicas como a idade, o sexo, o estado civil, as habilitações escolares, etc.. Parte este método do pressuposto que todas as pessoas com a mesma idade, do mesmo sexo e estado civil, com as mesmas habilitações e estatuto sócio-económico têm uma forma de pensar e agir comuns. É o método mais utilizado nas sondagens à opinião pública quando se aproximam actos eleitorais, aceite universalmente pela fiabilidade dos seus resultados. As pessoas que fazem parte da amostra são rigorosamente seleccionadas pelo responsável da sondagem, correspondendo integralmente às características específicas do universo a estudar, pelo que há um risco evidente de surgirem aspectos sobreavaliados e outros minimizados. No método probabilístico as pessoas que constituem a amostra surgem aleatoriamente, de molde a que todos os elementos do universo tenham idêntica probabilidade de virem a ser ouvidos. Esta aleatoriedade da escolha tem como principal inconveniente o facto de poderem vir a integrar a amostra um conjunto de pessoas que não correspondam minimamente ao peso das diferentes categorias do universo.

Os temas que pretendíamos abordar no inquérito aos emigrantes regressados definitivamente ao Nordeste eram múltiplos e diversificados pelo que, logicamente, poderiam surgir opiniões diferentes entre pessoas com as mesmas características específicas e o mesmo estatuto sócio-económico-cultural.

Nestas condições optámos por um método misto, que compatibilizava os dois anteriores. Seleccionámos as pessoas a inquirir pelas suas características específicas, com peso tanto quanto possível idêntico às do universo, e, simultaneamente, escolhemo-las aleatoriamente dentre aquelas que correspondiam ao quadro de características anteriores.

Começámos por recolher elementos estatísticos ⁹⁾ relativos aos emigrantes oriundos do Nordeste Interior espalhados por múltiplos países europeus e não europeus, com a finalidade de conhecer o seu número total e a forma como se repartiam pelas principais características específicas.

Para tal, recorremos aos Boletins da Junta de Emigração (1953 a 1969), ao Boletim Anual do Secretariado Nacional da Emigração (1970 a 1972) e ao Boletim Anual da Secretaria de Estado da Emigração (1973 a 1982), bem como aos Anuários Estatísticos e Demográficos e à Estatística Demográfica do Instituto Nacional de Estatística.

Estimado o quantitativo da emigração proveniente do Nordeste de 1955 a 1974 em 39 699 pessoas, passámos ao cálculo dos emigrantes regressados definitivamente a esta região no período compreendido entre 1960 e 1984. A avaliação do número de regressos ocorridos teve de fazer-se com base nos Recenseamentos Populacionais de 1960, 1970 e 1981, de forma indirecta, através da questão *lugar de residência em data anterior ao momento censitário* ¹⁰⁾, bem como da consulta dos Cadernos Eleitorais de 1981 a 1984 relativos ao Distrito de Bragança.

A partir do recenseamento geral da população de 1960 foi possível calcular o número de pessoas que residiam no estrangeiro em 31 de Dezembro de 1959 e se encontravam no Nordeste Interior em 31 de Dezembro de 1960; o recenseamento da população de 1970 permitiu avaliar o número de pessoas residentes no estrangeiro em 31 de Dezembro de 1965 e 1969 e presentes na região do Nordeste em 31 de Dezembro de 1970; o recenseamento da população de Março de 1981 levou-nos a conhecer o número de pessoas residentes

9) A dificuldade em obter dados estatísticos em Portugal levou-nos, muitas vezes, a recorrer a fontes estrangeiras, nomeadamente às estatísticas do Ministère du Travail et de la Participation de França (le Dossier de L'Immigration, 1978 - Fiches d'information, 1978/81 - Migrations/Études 20 et 21, 1979) bem como às Publicações do Instituto Federal de Estatística de Wiesbaden - Alemanha, Série 1.4, Estrangeiros, 1979.

10) Para 1960 e 1970 leia-se CONIM, Custódio - *Caracterização do Fluxo de Retornos. 1960 - 1970, in Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, I.E.D.. Caderno nº 8, Lisboa, 1984.

no estrangeiro em 31 de Dezembro de 1973 e 1979 e presentes nesta região no momento censitário - Março de 1981.

Os valores encontrados da forma descrita não podem, aprioristicamente, ser considerados como os correspondentes aos emigrantes regressados. Com efeito, nem todas as pessoas residentes no estrangeiro numa determinada data e presentes no Nordeste Interior no momento do censo podem ser consideradas como emigrantes, nem tão pouco as estatísticas referidas nos fornecem valores sobre o número de pessoas que residentes no estrangeiro numa determinada data tenham vindo a falecer até ao momento de realizar o recenseamento. De igual modo nem todas as pessoas inscritas pela primeira vez nos Cadernos Eleitorais, com muito mais de 18 anos, podem considerar-se como emigrantes regressados.

Nestas condições confrontámos os valores encontrados através de recenseamentos de 1960, 1970 e 1981 e dos Cadernos Eleitorais de 1981 a 1984, com os indicados nas estatísticas dos países de acolhimento¹¹⁾, ponderando assim o saldo de regresso que atingiu, no período de 1960 a 1984, o valor de 24 150 pessoas.

Quantificado o número total de regressos fomos verificar a forma como se distribuíam pelas diferentes categorias específicas (idade, sexo, estado civil, país de acolhimento, concelho de residência em Portugal e habilitações), recorrendo para o efeito aos recenseamentos populacionais de 1960, 1970 e 1981 no que se refere à idade e sexo e às estatísticas estrangeiras, já citadas anteriormente, para as restantes características. Quantificado o universo e conhecida a sua distribuição pelas diferentes categorias passámos, de imediato, à fase de amostragem.

Seleccionámos 54 freguesias do Nordeste Interior Português (Mapa I) nas quais os fenómenos da emigração e do regresso haviam tido maior impacto. Com base nos Cadernos Eleitorais dessas freguesias escolhemos, aleatoriamente (método probabilístico), as pessoas a ouvir dentre aquelas que se haviam inscrito como eleitores pela primeira vez, com muito mais de 18 anos, e que correspondiam, *grosso modo*, aos emigrantes regressados. Posteriormente, caso fosse necessário (o que veio a acontecer) harmonizar-se-ia o grupo de inquiridos com o método das quotas fixas de forma a que a amostra fosse representativa do universo dos emigrantes regressados.

A utilização do método misto a que já fizemos referência levou-nos, inicialmente, a estabelecer como limite mínimo da amostragem 5‰ (120 inquéritos) e como limite máximo 10‰ (241 inquéritos). A harmonização entre o método probabilístico e o método das quotas fixas, a que tivemos de proceder,

11) Conforme o publicado na Revista "Migraciones Internacionales" do Comité Inter-gubernamental Para las Migraciones - Vol. XXIV - N^o 1 - Março de 1986 e na Revista "Análise Social" do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 3^a Série, Vol. XIX, 1983 - 1^a, *Emigrantes Portugueses: O Regresso* de POINARD, Michel.

originou que o total de inquéritos fosse de 213, correspondente a 8.8‰.

Desta forma os resultados obtidos através do inquérito poderão generalizar-se a todos os emigrantes regressados definitivamente ao Nordeste Interior, já que foi possível assegurar uma participação representativa do universo em questão, admitindo-se um erro de $\pm 5\%$. Aliás, o extracto obtido (8.8‰) é muito superior ao preconizado pelos Institutos Internacionais de Auscultação da Opinião Pública, que fixam em 1‰ (e até menos) o extracto transversal do universo a inquirir para poderem, com grande certeza, antecipar os resultados de qualquer consulta.



Mapa I – Número de inquéritos por localidade

A forma como se assegurou o grau de representatividade da amostra está bem expresso quer no Quadro I, quer no Gráfico I, a seguir apresentados.

AMOSTRAGEM		AMOSTRAGEM		EMIGRANTES REGRESSADOS		DIFERENÇA	
		213	%	24150	%	%	% MÉDIA
Idade (I)							
< 30 Anos	I 1	68	32,0	7921	32,8	0,8	
31 a 39 Anos	I 2	47	21,9	5385	22,3	0,4	
40 a 49 Anos	I 3	50	23,4	5337	22,1	1,3	
50 a 59 Anos	I 4	31	14,6	3502	14,5	0,1	
≥ 60 Anos	I 5	17	8,1	2005	8,3	0,2	0,6
Sexo (S)							
Masculino	S 1	126	59,1	13886	57,5	1,6	
Feminino	S 2	87	40,9	10264	42,5	1,6	1,6
Estado Civil (E)							
Solteiro	E 1	51	23,8	5820	24,1	0,3	
Casado	E 2	158	74,3	17678	73,2	1,1	
Divorc./Viúvo	E 3	1	0,5	193	0,8	0,3	
Outro	E 4	3	1,4	459	1,9	0,5	0,6
País de Acolhimento (P)							
França	P 1	138	64,8	15891	65,8	1	
Alemanha	P 2	45	21,1	5023	20,8	0,3	
Espanha	P 3	17	8,0	1835	7,6	0,4	
Luxemburgo	P 4	2	0,9	193	0,8	0,1	
Brasil	P 5	4	1,9	507	2,1	0,2	
Outros	P 6	7	3,3	701	2,9	0,4	0,4
Habilitações Escolares (H)							
Analfabeto	H 1	28	13,1	7221	29,9	0,4	
Sabe Ler e Escrever	H 2	35	16,4				
Concluiu Esc. Primária	H 3	139	65,3	15963	66,1	0,8	
Concluiu Esc. Preparatória	H 4	4	1,9	314	1,3	0,6	
Frequentou Esc. Secundária	H 5	5	2,3	459	1,9	0,4	
Frequentou Universidade	H 6	2	1,0	193	0,8	0,2	0,5
Concelho de Residência (C)							
Alfândega	C 1	10	4,7	1087	4,5	0,2	
Bragança	C 2	27	12,7	3140	13,0	0,3	
Carraceda	C 3	15	7,0	1642	6,8	0,2	
Freixo	C 4	5	2,3	676	2,8	0,5	
Macedo	C 5	22	10,3	2632	10,9	0,6	
Miranda	C 6	17	8,0	1787	7,4	0,6	
Mirandela	C 7	19	8,9	2198	9,1	0,2	
Mogadouro	C 8	21	9,9	2270	9,4	0,5	
Moncorvo	C 9	20	9,5	2294	9,5	0	
Vila Flor	C 10	13	6,1	1401	5,8	0,3	
Vimioso	C 11	17	8,0	1835	7,6	0,4	
Vinhais	C 12	22	10,3	2584	10,7	0,4	
Outros	C 13	5	2,3	604	2,5	0,2	0,4

Quadro I — Grau de representatividade da amostra

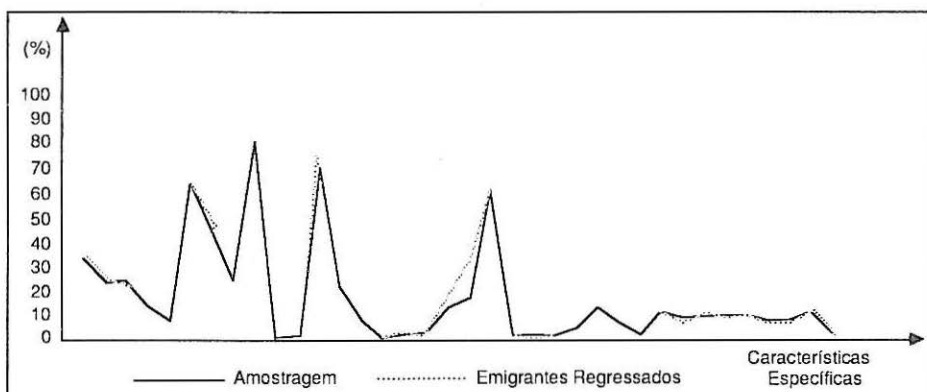


Gráfico I — Grau de representatividade da amostragem

O diferencial médio entre os pesos das características específicas do universo e da amostragem não é relevante, dado que o seu valor – 0.68% – é manifestamente inferior ao valor médio entre a amostragem e o total de emigrantes regressados, ou seja:

$$\text{Valor Médio} = 213 / 24\ 150 = 0.88\%$$

$$\text{Diferencial médio}^{12)} = \sum_{i=1}^n \frac{a_i}{n} = 0.68$$

A validade da amostragem pode também ser constatada pela análise da Matriz Sociográfica (Quadro II), elaborada com base nas seis características específicas que definimos – idade, sexo, estado civil, país de acolhimento, habilitações escolares e concelho de residência.¹³⁾

A Matriz Sociográfica da Amostragem permite-nos analisar o total dos resultados obtidos com base em cada uma das características específicas definidas, ressaltando desta análise o apreciável grau de representatividade das diferentes sub-categorias (de I1 a C13).

Após a fase de amostragem passámos à elaboração de um inquérito, adaptado de outros a que tivemos acesso¹⁴⁾, tendo sempre em atenção os objectivos gerais e específicos que pretendíamos atingir. Elaborado o inquérito foi o mesmo testado através de uma mini-amostragem efectuada a 12 emigrantes (8 de um meio rural e 4 de um meio urbano) com vista a possíveis correcções e/ou anulações das perguntas formuladas que eventualmente suscitassem dúvidas ou abordassem assuntos desfasados da realidade e, bem assim, à codificação das respostas dadas¹⁵⁾. Só a partir desta mini-amostragem se

12) O diferencial médio de 0.68% é calculado pela média aritmética dos valores da Diferença média constantes do Quadro I.

13) Para além destas categorias específicas havíamos proposto uma outra: *estadia no país de acolhimento*. Tivemos que excluir esta característica por falta de elementos estatísticos fiáveis relativos à sua incidência no universo considerado.

14) De entre os inquéritos em que nos baseámos temos de destacar o elaborado por MATOS, Manuel de *in* A Emigração na RFA, do Ponto de Vista do Emigrante Português. Embaixada de Portugal em Bonn, 1980; o da Universidade de Granada destinado a emigrantes regressados e não emigrantes na Andaluzia, 1977; o realizado pelo Instituto Universitário da Beira Interior (IUBI), *in* Beira Interior - Uma Região Viável, edição conjunta da ADEBI - Associação para o Estudo e Defesa do Ambiente e da Qualidade de Vida na Beira Interior e do IUBI - Instituto Universitário da Beira Interior, 1984; o inquérito lançado pelo IED - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento *in* SILVA, Manuela *et al.*, Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal, IED, Lisboa, 1984.

15) A codificação prévia limita substancialmente o número de respostas. Tem no entanto a grande vantagem de permitir a recolha de informação uniformizada, susceptível de comparação e extrapolação. A este propósito veja-se LIMA, M. Pires de - *O Inquérito Sociológico*. Lisboa, 1981.

Características Específicas	II	I2	I3	I4	I5	S1	S2	E1	E2	E3	P1	P2	P3	P4	P5	P6	H1	H2	H3	H4	H5	H6	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	C11	C12	C13			
AMOSTRAGEM	213	68	47	50	31	17	126	87	51	158	4	138	45	17	2	4	7	28	35	139	4	5	2	10	27	15	5	22	17	19	21	20	13	17	22	5		
Idade (I)																																						
< 30 Anos	I1	68	32,0																																			
31 a 39 Anos	I2	47		21,9																																		
40 a 49 Anos	I3	50			23,4																																	
50 a 59 Anos	I4	31				14,6																																
≥ 60 Anos	I5	17					8,1																															
Sexo (S)																																						
Masculino	S1	126	40	27	31	18	10	59,1																														
Feminino	S2	87	28	20	19	13	7		40,9																													
Estado Civil (E)																																						
Solteiro	E1	51	28	15	6	1	1	37	14	23,8																												
Casado	E2	158	40	32	42	29	15	94	64		74,3																											
Divorciado/Viúvo	E3	4	0	0	2	1	1	2	2			1,9																										
País de Acolhimento (P)																																						
Francia	P1	138	59	34	27	13	6	78	60		24	113	1	64,8																								
Alemanha	P2	45	4	7	13	12	9	26	19	16	28	1		21,1																								
Espanha	P3	17	4	3	7	2	1	12	5	7	8	2			8,0																							
Luxemburgo	P4	2	0	0	1	1	0	2	0	1	1	0				0,9																						
Brasil	P5	4	1	1	1	1	0	2	2	2	2	0				1,9																						
Outros	P6	7	1	2	1	2	1	6	1	1	6	0					3,3																					
Habilitações Escolares (H)																																						
Analfabeto	H1	28	0	4	6	8	10	15	13	10	17	1	24	0	3	1	0	0	13,1																			
Sabe Ler e Escrever	H2	35	2	9	9	10	5	19	16	14	20	1	31	4	0	0	0	0		16,4																		
Concluiu Esc. Primária	H3	139	63	30	31	13	2	84	55	22	115	2	80	37	12	1	3	6			65,3																	
Concluiu Esc. Preparatória	H4	4	2	2	0	0	0	3	1	2	2	0	1	1	1	0	0	1				1,9																
Frequenteou Esc. Secundária	H5	5	1	2	2	0	0	3	2	2	3	0	2	1	1	0	1	0				2,3																
Frequenteou Universidade	H6	2	0	0	2	0	0	2	0	1	1	0	0	2	0	0	0	0					1,0															
Concelho de Residência (C)																																						
Alfindega	C1	10	4	1	2	2	1	8	2	3	7	0	8	0	1	0	0	1	2	2	6	0	0	0	4,7													
Bragança	C2	27	4	13	6	2	2	16	11	2	25	0	14	11	1	0	1	0	3	1	20	0	2	1	12,7													
Carraxeda	C3	15	8	1	1	4	1	13	2	6	9	0	7	7	0	1	0	0	2	3	9	1	0	0	7,0													
Freixo	C4	5	1	1	2	1	0	2	3	2	3	0	5	0	0	0	0	0	2	1	2	0	0	0	2,3													
Macedo	C5	22	4	7	8	2	1	10	12	5	15	1	13	7	1	0	0	1	2	3	17	0	0	0	10,3													
Miranda	C6	17	6	2	4	3	2	10	7	4	13	0	8	3	4	0	0	2	1	4	12	0	0	0	8,0													
Mirandela	C7	19	6	5	4	2	2	12	7	5	14	0	16	0	2	0	0	1	4	3	11	0	1	0	8,9													
Mogadouro	C8	21	11	2	5	1	1	11	10	5	15	0	13	3	1	0	2	2	3	4	12	2	0	0	9,9													
Mencorvo	C9	20	9	4	4	2	1	10	10	3	15	2	13	4	3	0	0	0	3	6	10	0	1	0	5,5													
Vila Flor	C10	13	4	2	3	3	1	8	5	4	8	1	11	1	0	1	0	0	3	1	8	1	0	0	6,1													
Vimioso	C11	17	8	2	3	3	1	9	8	5	12	0	12	2	3	0	0	0	1	3	3	0	0	0	8,0													
Vinhais	C12	22	2	5	6	5	4	16	6	6	16	0	14	6	1	0	1	0	2	3	16	0	0	1	10,3													
Outros	C13	5	1	2	1	1	0	1	4	1	4	0	4	1	0	0	0	0	0	1	3	0	1	0	2,3													

Quadro II — Matriz sociográfica da amostragem

procedeu ao lançamento do inquérito nos moldes anteriormente descritos, seguindo-se, posteriormente, a programação e a filtragem para o computador.

Os resultados obtidos e a sua análise, bem como as conclusões teóricas e generalizadas, serão tratadas de seguida. Queremos desde já deixar bem claro a preocupação que tivemos na obtenção e generalização das conclusões, pois estamos seguros que, como afirma Manuel Matos ¹⁶⁾ *o caminho que separa os resultados empíricos e específicos das conclusões teóricas e generalizadas é muito longo e exige, de quem o tentar percorrer, a habilitação metodológica de pôr em dúvida tudo o que não seja comprovável.*

16) MATOS, Manuel de - *A Emigração na R.F.A., do Ponto de Vista do Emigrante Português*. Ob. cit.

3 • O Perfil do Emigrante Regressado

Após a realização dos inquéritos e do tratamento informático a que procedemos, vamos apresentar os grandes contornos do retrato do emigrante regressado, durante toda a fase da sua cadeia migratória¹⁷⁾

Manteremos, ao longo da apresentação dos resultados, uma análise

17) A OCDE apresentou, em 1976, num relatório intitulado *The Migratory Chain*, o conceito de cadeia migratória, compreendendo as várias fases do processo físico da própria migração (ou seja a partida, a viagem para o país de destino, o estabelecimento neste país, o eventual retorno ao país de origem, a reinstalação, etc.), os elos que ligam todas estas fases e os efeitos sociais e económicos cumulativos do processo. "Organizar" a cadeia migratória significa tentar organizar estas várias fases e o processo total, por forma a aumentar o campo de escolhas aberto aos trabalhadores, o que por seu turno implica uma cooperação adequada entre os países de imigração e de emigração. Além disso, no contexto de uma cadeia migratória devidamente organizada, os movimentos do trabalho e as transferências do capital (incluindo as remessas dos trabalhadores) não mais seriam consideradas – tal como acontece agora – como fenómenos separados e não relacionados. O princípio prevalecente é o de que a partir de agora a emigração deveria ser concebida, não como uma troca entre partes desiguais, mas sim como cooperação entre parceiros, in PORTO, Manuel C. Lopes – *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional, Perspectivas de Análise e Política*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. Lisboa, 1985.

crítica permanente, conscientes como estamos da dificuldade em obter conclusões fáceis e imediatas provenientes desse campo tão complexo chamado realidade social.¹⁸⁾

- I) Na base do fluxo de emigração encontramos, essencialmente, razões económicas (71.2%), já que a Região não proporcionava aos seus naturais e residentes a satisfação mínima das necessidades básicas e a sua realização como pessoas. Não admira assim que os naturais do Nordeste Interior Português se vissem na necessidade de procurar ter acesso ao desenvolvimento noutras regiões. Inicialmente foram ao encontro do desenvolvimento dentro do País, sobretudo no Litoral: a hipertrofia e congestionamento que aí se verificava impossibilitou a fixação de grande parte da população, vendo-se esta na necessidade de procurar, nos países do centro europeu, as oportunidades de acesso a um escalão de desenvolvimento mais consentâneo com a dignidade humana.

Tratou-se, no fundo, de um problema estrutural do modelo de desenvolvimento do País, o qual, em termos espaciais, conduziu ao empobrecimento crescente do Interior e à sua desertificação e, simultaneamente, provocou a hipertrofia das estruturas socioeconómicas do Litoral. Os resultados desta política, ou da ausência de política¹⁹⁾, estão à vista: na faixa litoral portuguesa, compreendendo os distritos de Braga a Setúbal, com pouco mais de um quarto da superfície total, encontramos 65% da população do país, a qual vai originar 80% do PIB e cerca de 90% das produções das indústrias transformadoras e dos serviços.

À incapacidade da economia portuguesa em reduzir os desequilíbrios regionais e gerar desenvolvimento – entendendo este como *o acesso das pessoas onde quer que vivam, aos bens e serviços que lhes devem satisfazer as necessidades básicas; acesso, ainda, às oportunidades do nosso tempo, cuja gama se deseja sempre crescente, muitas de ordem qualitativa, e não deixando de nelas incluir, naturalmente, o emprego*²⁰⁾ – se deve, em grande parte, o elevado fluxo emigratório dos anos sessenta. Em consonância com este ponto de vista está o Relatório da OCDE de 1976²¹⁾, quando afirma: *O desequilíbrio regional nos países (...) tem levado um número sempre crescente de pessoas a migrar, quer dentro do país quer para o estrangeiro. É este, para por as coisas de um modo muito breve, o quadro geral que emerge de uma vasta literatura sobre as causas da migração, quer interna*

18) Veja-se a este propósito LIMA, M. Pires de – *O Inquérito Sociológico*. Ob. cit.

19) Ver a este propósito LOPES, A. Simões – *Desenvolvimento Regional: O “Estado da Arte” em Portugal ou a Política da Ausência de Política*. Revista Estudos de Economia. Vol. III. Nº 2. Lisboa, 1983.

20) LOPES, A. Simões – *Teoria e Política do Desenvolvimento Regional*. Revista “Estudos de Economia”. Vol. III, Nº 4. Lisboa, 1983.

21) Citado por PORTO, Manuel C. Lopes – *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional. Perspectivas de Análise e Política*. Ob. cit.

quer internacional. Pode, por consequência, dizer-se que a raiz de todo o problema da migração se encontra no potencial regional desigual dos países em causa.

Podemos assim concluir que o problema da emigração a partir do Nordeste Interior, tal como o do regresso, deve ser encarado numa perspectiva de desenvolvimento regional ²²⁾, de todas as regiões do país, já que, como afirma A. Simões Lopes ²³⁾ *não há desenvolvimento nacional que não seja desenvolvimento regional – a menos que se abstraísse da componente espacial física em que se localizam as actividades, os recursos, as pessoas, o que poderia, no extremo, levar mesmo a abstrair das pessoas; e porque está totalmente ultrapassado pensar o desenvolvimento regional em termos de desenvolvimento da região – a menos que se admitisse a hipótese inadmissível da região isolada, já no século XIX aceitável apenas em termos teóricos. As regiões interactuam são interdependentes, embora a maioria das vezes se trate de interdependência desigual; e essa rede de interdependências é profundamente condicionadora do desenvolvimento. O desenvolvimento só faz sentido em termos concretos, reais, embora quantificáveis apenas nalguns dos seus aspectos; só faz sentido em função das pessoas, e em função das pessoas onde elas vivem.*

- II) Se a saída para o estrangeiro esteve directamente relacionada com a forte repulsão originada na Região pela impossibilidade de satisfação das necessidades básicas e pela não menos forte atracção que exerciam os países do centro europeu, o regresso tem muito a ver com factores extra-económicos.

Na verdade, para 35.2% dos emigrantes inquiridos o regresso deve-se a *saudades da família e da terra* e à necessidade por eles sentida de *educar os filhos em Portugal* ²⁴⁾, razões que pouco terão a ver com factores económicos.

22) Veja-se, a este propósito, a comunicação apresentada por PORTO, Manuel C. Lopes no Seminário sobre *Problemas de Emigración en el Area Mediterranea*, realizado em Granada, e publicada no Boletim da Comissão de Plancamento da Região Centro, Nº 5. Coimbra, 1977, com o título *Emigration and Regional Development in Portugal*.

23) LOPES, A. Simões – *Desenvolvimento Regional: O “Estado da Arte em Portugal” ou a Política da Ausência de Política*. Ob. cit.

24) A necessidade sentida pelos emigrantes de *educar os filhos em Portugal* tem a ver, para além dos problemas relacionados com os “curricula” e as equivalências de habilitações, com o facto de terem receio que os filhos comecem a preferir viver nos países de acolhimento, recusando-se a regressar ao Nordeste Interior Português. Esta preocupação é confirmada por ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz quando afirma: *O regresso imaginado, ponto fulcral dos projectos de futuro alimentados pelas gerações mais velhas, não irá constituir objectivo principal das actuais novas gerações. Embora alimentando uma situação de vai-vem entre os dois países, permanecem onde estão, conscientes de uma situação de dupla pertença, feita de contradições vividas que se equacionam entre o querer e não querer, entre o desejo e o repúdio*, in *Emergência de uma Nova Cultura: Os “Portugueses de França”*. III International Meeting on Modern Portugal. Durhan, New Hampshire. Edições Teorema. Lisboa, 1985.

Problemas de *saúde, reforma e acidentes de trabalho* constituem motivo de regresso para 23.9% dos emigrantes desta Região. Estas razões prendem-se com a situação desgastante a que se sujeitam nos países de acolhimento, impondo a eles próprios ritmos de trabalho e de risco muito elevados, com o objectivo último de ganhar o máximo possível no menor espaço de tempo.

Como fruto do desaparecimento do vector atracção ²⁵⁾ que os países do centro europeu exerceram na década de sessenta e princípios da de setenta, 13.6% dos emigrantes inquiridos regressaram a esta Região, invocando como principais razões o *ter-se acabado o trabalho, a opção pelo subsídio de retorno e a imposição do país de acolhimento*.

O regresso ao Nordeste como resultado do não sucesso da experiência migratória foi invocado por 10.5% dos emigrantes inquiridos; destes, 5.7% apresentaram como principal motivo de regresso o facto de *trabalharem muito e ganharem pouco*, enquanto que para 4.8% o regresso se deveu à *não adaptação à vida no estrangeiro*.

Apenas 2.3% dos emigrantes invocaram como principal motivo do seu regresso o facto de *poder trabalhar melhor em Portugal*. Uma tão diminuta percentagem demonstra que em nada diminuiu a repulsão da população no Nordeste Interior, facto a que não é estranho a ausência de uma política regional coerente de *localização de infraestruturas, sem a qual não há desenvolvimento regional* ²⁶⁾.

A realização plena dos objectivos definidos para a emigração foi apenas conseguida por 6% dos emigrantes inquiridos. Tão reduzida percentagem para a satisfação plena dos objectivos previamente fixados poderá explicar-se, por um lado, pelo possível exagero da meta estipulada quanto ao volume das poupanças, e, por outro, pelo regresso antecipado logo que conseguidas poupanças consideradas como suficientes para viver nesta Região, evitando assim a continuação de ritmos de trabalho intensos e prejudiciais à saúde.

- III) Os emigrantes saídos do Nordeste Interior regressam, na sua esmagadora maioria, a esta mesma Região logo que decidem terminar o ciclo natural de emigração. O regresso, normalmente, processa-se para a própria Freguesia de onde haviam partido, facto que se verificou em relação a 88.7% dos inquiridos.

25) Para MEHRLANDER, Ursula *L'hostilité vis-à-vis des étrangers s'est certainement accentuée. Il nous faut prendre en ligne de compte qu'environ la moitié de la population Allemande a une rancœur "latente" envers les étrangers. Les Allemands ayant peu d'espoir quant au futur économique de leur pays, font preuve d'une agressivité exagérée*, in *L'Avenir de L'Immigration. Repatriement ou Politique D'integration Des Étrangers En R.F.A.*. Comunicação apresentada no Seminário Portugal e a Europa, O Fim de um Ciclo Migratório, IED, Lisboa 1985,

26) LOPES, A. Simões - *Infraestruturas e Desenvolvimento Regional*. Revista "Brotéria". Vol. 122, Nº 3. Março de 1986.

Esta realidade começou a ser possível logo no início da cadeia migratória, quando os emigrantes, com as primeiras poupanças conseguidas, compraram propriedades rústicas e fizeram ou repararam casas nas suas aldeias. Estava já a perfilar-se, no horizonte do emigrante, o regresso à aldeia, vila ou cidade que haviam abandonado, assumindo a casa e as propriedades rústicas importantes factores de ligação à Região de onde partiram. A este respeito Manuel C. Lopes Porto²⁷⁾ afirma que *não havendo razões económicas a justificá-la, uma vez que a emigração se verificou fundamentalmente das zonas mais pobres, verifica-se a prevalência de outras razões, numa opção que aliás foi sendo sempre indiciada pela construção das suas casas, compra de terrenos e outras atitudes igualmente significativas.*

O regresso dos emigrantes saídos do Nordeste Interior Português para esta mesma Região torna-se importante por possibilitar um certo reequilíbrio demográfico, invertendo-se assim a tendência para o despovoamento que se vinha manifestando desde a década de sessenta, como se pode ver no Quadro seguinte:

DISTRITOS	1960	1970	1981 a)	VARIACÃO DA POPULAÇÃO (%)	
				1960-70	1970-81
. Aveiro	524.4	548	623	+ 4.5	+ 13.7
. Beja	276.9	204.8	188.4	- 26	- 8
. Braga	596.7	612.7	708.9	+ 2.7	+ 15.7
. Bragança	233.4	179.8	184.3	- 2.3	+ 2.5
. Castelo Branco	316.5	255.6	234.2	- 19.2	- 8.4
. Coimbra	433.6	401.2	436.3	- 7.5	+ 8.7
. Évora	219.9	178.5	180.3	- 18.8	+ 1
. Faro	314.8	268.4	323.5	- 14.7	+ 20.5
. Guarda	282.8	213.5	205.6	- 24.5	- 3.7
. Leiria	404.9	379.4	420.2	- 6.3	+ 10.8
. Lisboa	1382.9	1577.4	2069.5	+ 14.1	+ 31.2
. Portalegre	188.5	145.9	142.9	- 22.6	- 2.1
. Porto	1193.4	1312.4	1562.3	+ 10	+ 19
. Santarém	461.6	430.9	454.1	- 6.7	+ 5.4
. Setúbal	377.2	467.9	658.3	+ 24	+ 40.7
. Viana do Castelo	277.7	251.2	256.8	- 9.5	+ 2.2
. Vila Real	325.3	267.1	264.4	- 17.9	- 1
. Viseu	482.2	413.4	423.6	- 14.3	+ 2.5

Quadro III — População, por distritos, em 1960, 1970 e 1981 (milhares)

a) Dados referentes a 16 de Março.

Fonte: INE — X, XI e XII Recenseamentos Gerais da População.

27) PORTO, Manuel C. Lopes — *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional. Perspectivas de Análise e Política*. Ob. cit.

A partir de um decréscimo populacional muito acentuado na década de 1960–70 (-23%), a população do Nordeste Interior aumentou na década de 1970–80 (+2.5%), invertendo-se assim o fenómeno deveras preocupante da desertificação.

Para este aumento da população não contribuiu, apenas e sobretudo, o regresso dos emigrantes; a grande contribuição foi dada pelo regresso forçado de milhares de residentes nas ex-colónias portuguesas, muitos deles naturais desta Região. Deram igualmente o seu contributo ao aumento populacional do Nordeste um número, já significativo, de regressos a partir das grandes cidades (embora sem contrariar ainda o movimento tradicional inverso), assim como a estagnação da emigração. Neste contexto, afirmava Rogério Roque Amaro ²⁸⁾: ... o regresso dos emigrantes, o movimento proveniente das ex-colónias e as migrações internas ascendentes, ou seja, do centro para as periferias regionais – tiveram como resultados importantes, ao nível demográfico, o crescimento da população global (invertendo a tendência anterior) e a revitalização das zonas periféricas do interior, sem contudo contrariar as assimetrias na sua distribuição pelo território. A este mesmo respeito escrevia Custódio Cónim ²⁹⁾: no quadro da presente situação demográfica portuguesa e no campo do movimento emigratório, o regresso de emigrantes da Europa Ocidental constitui muito provavelmente, no próximo decénio, uma das variáveis determinantes da dinâmica demográfica nacional e regional.

Desta forma o regresso dos emigrantes à sua Região de origem constitui um potencial importante para o desenvolvimento local, pelo que, no dizer de Manuela Silva *et al.* ³⁰⁾ a sua valorização, em termos de uma política de retorno, é fundamental.

- IV) Sendo o Nordeste Interior Português uma das regiões mais afectadas pela emigração nos princípios dos anos sessenta não admira que a relação de masculinidade tenha diminuído significativamente naquele período, uma vez que a emigração, numa primeira fase, se traduziu pela saída predominante de homens. Aquilo a que poderemos chamar feminização da emigração só aconteceu posteriormente, numa segunda fase, com o fenómeno do reagrupamento familiar no estrangeiro.

Com o fechar do ciclo natural de emigração o Nordeste assiste ao refazer das relações de masculinidade, já que o regresso lhe traz de volta os homens que outrora partiram.

28) AMARO, Rogério Roque – *Reestruturações Demográficas, Económicas e Sócio-culturais em Curso na Sociedade Portuguesa: O Caso dos Emigrantes Regressados*. Revista “Análise Social”. Vol. XXI, Nº 87, 88, 89. Lisboa, 1985.

29) CÓNIM, Custódio – *Emigrantes Portugueses: O Regresso, 1960–1990, in Portugal e a Europa, o Fim de um Ciclo Migratório*. IED. Lisboa, 1985.

30) SILVA, Manuela *et al.* – *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*. Ob. cit.

Dos 213 emigrantes regressados, e que foram objecto de inquérito, 126 (59.1%) são do sexo masculino e 87 (40.9%) do feminino, o que representa uma relação de masculinidade de 145.

Foi este regresso de homens, superior ao de mulheres, que fez com que a relação de masculinidade – número de homens por cada 100 mulheres – que havia diminuído de 99 para 95 de 1960 para 1970, voltasse, em 1981, a atingir os 99³¹⁾ no Nordeste Interior. Para este reequilíbrio da relação de masculinidade contribuíram, igualmente, os movimentos de retorno das ex-colónias e das migrações internas ascendentes³²⁾, bem como a quebra acentuada da emigração. Deve salientar-se, contudo, que o maior contributo para a melhoria da relação de masculinidade foi dada pelo regresso dos ex-emigrantes, já que este comportava um significativo número de homens.

- V) Os emigrantes regressam ao Nordeste com uma idade perfeitamente activa, constituindo-se assim num poderoso factor positivo em termos de desenvolvimento da Região. Tal facto reflecte, naturalmente, a idade jovem com que partiram e o período relativamente curto (13.7 anos em média) do ciclo migratório.

Dos emigrantes inquiridos cerca de 60% regressaram com menos de 40 anos, e apenas 4.7% tinham mais de 60 anos. Daqui o poder afirmar-se que o regresso, ao contrário do que muitas pessoas julgavam, não traz para esta Região uma população envelhecida e saturada, mas sim um capital humano em idade predominantemente activa, capaz de contribuir com a sua quota-parte para o progresso do Nordeste Interior. De igual modo o regresso dos emigrantes faz-se acompanhar, em número significativo, de uma segunda geração ávida de enraizamento e de futuro, potencial embrião de agentes inovadores.

31) Os valores da relação de masculinidade foram calculados a partir dos dados constantes nos X, XI e XII Recenseamentos Gerais da População e do Anuário Estatístico de 1980.

32) Segundo AMARO, Rogério Roque, as migrações internas ascendentes – dos centros para a periferia – têm a ver com as três causas seguintes, eventualmente interligadas: *Regresso à terra dos estudantes, após conclusão dos cursos respectivos e verificada a impossibilidade de encontrar emprego nos locais de estudo, tratando-se então de um caso de desemprego qualificado; Existência de um fluxo migratório (ainda que em pequena escala) de regresso das grandes cidades para a "província", podendo ter na origem as dificuldades (contração) de encontrar emprego (nos sectores secundário e terciário), alojamento e meios de subsistência nas cidades, tratando-se neste caso de uma questão de desemprego generalizado num contexto de crise geral da economia; Deslocação para a periferia de um certo número de profissionais ligados a sectores cujo desenvolvimento nessas regiões foi possível e estimulado sobretudo após 1974: professores (educação), médicos (saúde), etc., in, Reestruturações Demográficas, Económicas e Sócio-culturais em curso na Sociedade Portuguesa: o Caso dos Emigrantes Regressados. Ob. cit.*

Jean Bodin³³⁾, filósofo do século XVI, afirmava que *não há maior riqueza do que os homens*; o Nordeste Interior exportou, durante longos anos, uma das maiores riquezas que possuía – a sua população. Com o regresso dos emigrantes a esta Região assiste-se a uma revitalização demográfica, bem evidente através da análise dos três indicadores apresentados no Quadro IV calculados a partir dos dados dos X, XI e XII Recenseamentos Gerais da População (1960, 1970 e 1981).

INDICADORES	1960	1970	1981
. Índice de Envelhecimento a)	24.5	39.5	53.8
. Taxa de Dependência b)	110.2	130.4	120.1
. Relação de Substituição c)	2.53	0.83	1.1

Quadro IV – Indicadores demográficos (Distrito de Bragança).

- a)
$$\frac{\text{População residente } \geq 60 \text{ anos}}{\text{População residente } < 20 \text{ anos}} \times 100$$
- b)
$$\frac{\text{População (0-19)} + \text{População } \geq 60 \text{ anos}}{\text{População (20-59) anos}} \times 100$$
- c)
$$\frac{\text{População (15-39) anos}}{\text{População (40-64) anos}} \times 100$$

Fonte: Elaboração própria com base nos X, XI e XII Recenseamentos Gerais da População

O índice de envelhecimento da população do Nordeste, ou seja, o peso que o grupo etário dos maiores de 60 anos tem em relação à população jovem menor de 20 anos, observou um crescimento significativo na década de sessenta, apresentando um incremento de 15% (39.5 – 24.5). De 1970 a 1981 começa a verificar-se uma certa desaceleração no processo de envelhecimento, registando-se um incremento de 14.3% (53.8 – 39.5). A par desta desaceleração há que evidenciar uma particularidade importante: o índice de envelhecimento registado nesta década foi muito mais provocado pela diminuição da população jovem com menos de 20 anos (diminuiu

33) Citado por NAZARETH, J. Manuel – *O Efeito da Emigração na Estrutura de Idades da População Portuguesa*. Revista “Análise Social”. Vol. XII, Nº 46. Lisboa, 1976.

em 10 250 pessoas) do que pelo aumento de idosos (aumentaram em 6 150 pessoas) ³⁴⁾. A diminuição da população jovem tem muito a ver com o declínio da fecundidade registado nesta Região.

A taxa de dependência indica-nos o peso que a população inactiva representa na população em idade activa. Esta taxa agravou-se substancialmente na década de sessenta, fenómeno a que não é estranho o forte caudal de emigração então verificado. Por cada 100 indivíduos em idade activa o número de jovens e velhos passou de 110, em 1960, para 130 em 1970. O regresso dos emigrantes deu um contributo importante para a inversão deste agravamento; em 1981, por cada 100 indivíduos em idade activa, o número de jovens e velhos passou para 120.

Quanto à relação de substituição verificou-se uma quebra acentuada na década de sessenta, motivada pelo facto de grande número da população do Nordeste, em idade de procriar, ter abandonado a Região. O regresso dos emigrantes, muitos deles com idades bastante jovens, fez com que este indicador inflectisse a marcha descendente, apresentando já, em 1981, o valor de 1.1.

Toda esta recuperação em termos demográficos por parte do Nordeste Interior deve-se, em grande parte, ao regresso dos emigrantes que haviam sido forçados a abandonar esta Região, a ela voltando quando acharam ter chegado o momento de encerrar o ciclo migratório.

- VI) Os emigrantes regressados ao Nordeste Interior Português trazem fracas habilitações escolares, idênticas, na maioria dos casos, àquelas que possuíam quando abandonaram esta Região. Segundo os dados do inquérito 29.5% dos emigrantes regressam sem qualquer grau escolar, enquanto que 65.3% apresentam apenas a escolaridade obrigatória de então: 3^a ou 4^a classe do Ensino Primário.

Durante a permanência no país de acolhimento apenas 4 emigrantes (5.9%) se preocuparam em aprender a língua do país onde trabalhavam, através da frequência de cursos apropriados.

Cerca de um quarto dos emigrantes regressados, e que foram inquiridos, frequentaram, no estrangeiro, cursos de índole profissional, especialmente nos domínios da reparação de máquinas agrícolas e automóveis e no electromecânico. Contudo, e apesar desta melhoria, a formação profissional que os emigrantes regressados a esta Região trazem dos diferentes países de acolhimento está muito longe de poder ser considerada como qualificada e, concomitantemente, pouco susceptível de poder vir a exercer influência na utilização de novas tecnologias com vista ao desenvolvimento.

34) A este propósito veja-se NAZARETH, J. Manuel – *Conjuntura Demográfica da População Portuguesa no Período de 1970–80: Aspectos Globais*. Revista “Análise Social”. Vol. XX, Nº 81, 82. Lisboa, 1984

À fraca qualificação da mão de obra regressada não é estranho o facto da grande maioria dos emigrantes terem tido profissões por conta de outrem no estrangeiro, sem grandes exigências de qualificação. Acresce ainda que, como afirma Amadeu Paiva ³⁵), *a formação geral que recebem – o conhecimento da realidade do processo de trabalho da indústria moderna – acabará por ser esquecida, quando o retorno se dá para a Região de origem, na maioria dos casos uma zona rural tradicional, e o emigrante acabará por se reintegrar nos esquemas próprios desse ambiente.* Acrescenta ainda o mesmo autor que *no caso do emigrante ter adquirido formação profissional no estrangeiro, a sua aplicação no país de origem é problemática. Em geral, ela não é aplicável; se o for, é muito provável que não o seja directamente, o que implica custos de formação.*

Poder-se-à assim afirmar, como o faz Luís Seruya e Manuel Pisco ³⁶) que *a uma emigração não qualificada e de baixa escolaridade corresponde um retorno igualmente não qualificado e de baixa escolaridade.* Não devemos concluir, porém, que o emigrante regressado não obteve qualquer valorização profissional durante a estadia no estrangeiro, mas sim que alguma melhoria conseguida não teve correspondência ao nível da instrução formal.

VII) A grande maioria dos emigrantes que saíram desta Região trabalhavam na agricultura (68.7%); durante a permanência no estrangeiro os ramos de actividade preponderantes foram os da construção civil (41.3% e 39% no primeiro e último emprego) e o das indústrias transformadoras (28.2% e 32.4%, respectivamente no primeiro e último emprego); após o regresso ao Nordeste a agricultura volta a ser o sector da preferência dos emigrantes, com um valor de 53.1%. A agricultura foi de facto o grande sector de partida e de chegada para a maioria daqueles que tiveram de procurar o desenvolvimento noutros países, uma vez que a sua região não lho proporcionava.

Poderá este regresso massivo à agricultura interpretar-se como a resultante normal de um exacerbado apego à terra e às raízes profundas do emigrante ou, pelo contrário, não passará de uma falta total de expectativas que a Região não consegue proporcionar aos seus naturais que a ela retornam? A resposta a esta questão não é fácil, dada a subjectividade de que se reveste. Parece-nos, contudo, poder afirmar, sem grande controvérsia, que a Região não conseguiu criar uma dinâmica de desenvolvimento que permitisse aos emigrantes regressados poderem optar por diferentes ramos de actividade.

Daí o poder inferir-se que o regresso maioritário à agricultura é muito mais

35) PAIVA, Amadeu – *Balanço da Investigação sobre Retorno e Reintegração de Emigrantes. Consequências para uma Política em Portugal*. IED, Lisboa, 1985.

36) SERUYA, Luís e PISCO, Manuel – *O Retorno dos Emigrantes Portugueses na Europa e o Desenvolvimento Regional*. IED, Lisboa, 1982.

fruto das circunstâncias adversas oferecidas pela Região do que, propriamente, por qualquer opção consciente tomada pelos emigrantes. Em reforço desta dedução está o facto, bastante evidente, de o emigrante regressado à agricultura não visar transformar o sector mas tão só procurar cultivar as melhores terras das suas explorações, na maior parte dos casos com o objectivo único do autoconsumo. Este regresso “forçado” à agricultura é descrito por Manuela Silva ³⁷⁾ nos seguintes termos: *uma vez regressado e não encontrando nos locais para onde se dirige empreendimentos modernizados, resta-lhe ocupar-se dos meios produtivos que acumulou com o esforço das poupanças feitas durante a emigração.*

Podemos assim concluir haver um nítido regresso dos emigrantes à agricultura desta Região, regresso esse que se tem traduzido *por um reforço da economia camponesa e dos comportamentos a ela associados, verificando-se o inverso do que normalmente se espera que aconteça, com o avanço das relações capitalistas no campo* ³⁸⁾.

Esse reforço da economia camponesa é bem visível no Nordeste Interior quando se observa a evolução da estratificação das explorações agrícolas. De 1968 a 1979 houve um reforço considerável do número das pequenas explorações (menores que 20 ha); representando 89% do número total de explorações em 1968, passaram, em 1979, a ter um peso de 95% no conjunto das explorações da Região ³⁹⁾.

VIII) Ao abandonarem o Nordeste os emigrantes eram, na sua maioria, *assalariados agrícolas* (61.6%) ou *trabalhadores por conta de outrem* (15.6%). Ao longo da estadia no estrangeiro foram essencialmente *trabalhadores por conta de outrem* (92% no último emprego que tiveram). O regresso definitivo a esta Região transforma radicalmente esta situação, surgindo os emigrantes, fundamentalmente, como *proprietários agrícolas* (47.4%) ou *patrões* (15.5%).

Uma tão profunda mudança na situação na profissão explica-se, em grande medida, pelo desejo dos emigrantes regressados em assumirem um trabalho autónomo, no qual possam aplicar parte das poupanças conseguidas. Um tal desejo de um trabalho autónomo e independente está directamente relacionado com a necessidade, sentida pela generalidade dos emigrantes, de conseguir acesso a um estatuto produtivo de verdadeira autonomia,

37) SILVA, Manuela – *O Fenómeno do Retorno na Dinâmica do Emprego e do Desenvolvimento Regional*. Revista “Desenvolvimento”. Nº 2, Junho de 1985.

38) Cf. AMARO, Rogério Roque – *Reestruturações Demográficas, Económicas e Sócio-culturais em Curso na Sociedade Portuguesa: o Caso dos Emigrantes Regressados*. Ob. cit.

39) Leia-se, a este propósito, PEREIRA, Mário – *A Estrutura Agrária Portuguesa (1968–1970). Suas Relações com a População e a Produção Agrícolas*. Ociras, 1979 e CEPEDA, FRANCISCO J. TETOSO – *A Agricultura nos Distritos de Bragança e Vila Real (Indicadores Económico-Agrícolas)*. ISPB, 1985.

capaz de os libertar, como afirma Rogério Roque Amaro⁴⁰⁾ *dos constrangimentos a que foi obrigado durante a emigração, sujeitando-se frequentemente a ritmos, condições e horários de trabalho para além do admissível. Por outro lado, esse acesso representa a possibilidade de ascender a uma posição social de maior prestígio, numa terra que o viu partir ou que o escorraçou muitas vezes na miséria, com tudo o que isso simboliza de êxito e de sucesso na emigração para si e perante os outros.*

Subjacente a esta necessidade sentida pelos emigrantes em obterem um estatuto produtivo autónomo e independente está a libertação do assalariamento, condição que os marcou profundamente antes e durante o processo migratório, cujas sequelas pretendem hoje rapidamente ultrapassar. Para tal contam, essencialmente, com os seus próprios recursos e forças, como tantas vezes lhes aconteceu durante a estadia no estrangeiro.

- IX) O emigrante, durante a sua estadia no estrangeiro, esteve em contacto directo com sistemas produtivos sofisticados, que utilizavam tecnologia avançada e métodos de organização evoluídos.

Até que ponto será legítimo esperar que o emigrante, após o regresso definitivo ao Nordeste Interior possa veicular, a nível da produção, essas novas formas técnico-económicas?

Dissemos já que o emigrante, devido à sua falta de qualificação e à capacidade manifestada em aguentar condições de trabalho adversas, foi aproveitado, principalmente, para mercados de trabalho secundários. Daí o ser pouco credível esperar que os emigrantes regressados a esta Região possam ser agentes de inovação, no domínio da produção. Na verdade, *salvo algumas excepções (ao nível individual e ao nível da tendência de grupo, no que se refere ao sector do comércio, restaurantes e hotéis), o emigrante, ao regressar, não se diferencia significativamente, enquanto trabalhador, dos outros não emigrantes, no que diz respeito às actividades económicas onde trabalha.*⁴¹⁾

Poder-se-á assim concluir que o emigrante regressado a esta Região não se apresenta como agente económico inovador, antes tendendo a diluir-se no mundo do trabalho que era o seu à partida. A este propósito escreve João Cravinho⁴²⁾: *a expectativa criada à volta do papel inovador activo do emigrante resulta da conjugação de duas ideias, uma certa e outra errada. A ideia certa é a de que, pela sua partida em massa, os emigrantes foram, e continuam sendo, poderosos agentes semi-passivos de transformação*

40) AMARO, Rogério Roque – *Reestruturações Demográficas, Económicas e Sócio-culturais em Curso na Sociedade Portuguesa: o Caso dos Emigrantes Regressados*. Ob. cit.

41) AMARO, Rogério Roque – *Formas de Inovação dos Emigrantes Portugueses*. APEC. Lisboa, 1985.

42) CRAVINHO, João – *Retorno e Desenvolvimento. Comentário aos Estudos do IED e do CEDEP*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. Lisboa, 1985.

dos costumes, da organização social, da situação económica e, até, dos dados físicos de vastas faixas do território, com particular incidência nas zonas menos desenvolvidas e tradicionalmente mais "paradas" do interior. A ideia errada é a de que o emigrante poderia encontrar, através da sua participação na força de trabalho de um país industrializado, a oportunidade de aquisição de capacidades profissionais e de hábitos de iniciativa que mais tarde seriam particularmente úteis ao país de origem e ao próprio, uma vez verificado o retorno.

No inquérito realizado aos emigrantes regressados definitivamente a esta Região observámos que 71.4% deles haviam introduzido algo de novo no domínio da produção, o que parece invalidar as considerações anteriores. Contudo, a maioria daquilo que apontaram como inovações não passava da aquisição de equipamento novo (30.1%), já conhecido na Região pelos que não emigraram, e de novos métodos de cultivo e novas produções (18.8%) também já dominados pelos nordestinos.

Afirmámos já que os emigrantes regressados a esta Região tiveram um papel muito importante no que concerne às inovações introduzidas nas casas (84.5% afirmaram ter introduzido inovações neste domínio). Aliás, e como também já deixámos expresso, a construção ou compra de casa foi sempre um dos grandes objectivos a conseguir pelos emigrantes, bem patente nas aldeias e vilas do Nordeste Interior que se viram "invadidas" por novos estilos arquitectónicos e novas cores.

Embora a utilização nas casas destes estilos, cores e materiais de construção estejam a adulterar a paisagem da Região ⁴³⁾, a sua construção traduziu-se numa efectiva melhoria das condições de habitação, quer quanto ao conforto em si quer no que respeita às infraestruturas: água canalizada, esgotos e instalação eléctrica. O efeito de imitação por parte das populações de vilas e aldeias originou, em grande parte, uma melhoria significativa do bem estar e do conforto proporcionado pelas novas ou recuperadas habitações.

É contudo no domínio do consumo que a inovação introduzida pelos emigrantes regressados maior impacto tem tido na sociedade desta Região. Portadores de um modelo de consumo social muito superior àquele que disfrutavam quando da partida, e que vieram encontrar à chegada ⁴⁴⁾, os

43) Afirma AMARO, Rogério Roque que *institucionalmente pouco se tem feito no sentido de acompanhar e enquadrar, do ponto de vista urbano e paisagístico, a construção de casas por parte dos emigrantes, o que denota uma certa displicência por esta questão, por parte das autoridades a quem tal deveria incumbir*, in *Formas de Inovação dos Emigrantes Portugueses*. Ob. cit.

44) O modelo encontrado à chegada era já bastante diferente daquele que haviam deixado, uma vez que os residentes desta Região, que nunca emigraram, experimentaram, nas duas últimas décadas, uma evolução quanto ao acesso a bens típicos das sociedades de consumo.

emigrantes exercem fortes pressões sobre a procura, com reflexos a nível dos preços e da produção induzida.

A possibilidade manifestada pelos emigrantes em adquirir bens a que se convencionou chamar símbolos da sociedade de consumo – televisão (80.3%), automóvel (58.2%) e electrodomésticos (87.3%) – fez com que aparecesse uma forte tendência de imitação por parte dos não emigrantes, tornando-se assim o emigrante num poderoso veículo de inovação dos padrões de consumo.

Esta tendência para a inovação nos padrões de consumo manifestada pelos emigrantes começou a desenhar-se bem cedo, logo após a sua saída da Região. Ao enviar as poupanças para os seus familiares que permaneceram no Nordeste Interior e ao vir de férias anualmente desencadeou um processo de alteração nos padrões de consumo tradicionais, que se alastrou a toda a Região pelo efeito de imitação; nesse processo o emigrante e a sua família assumiram-se como catalizadores, beneficiando do mesmo, sobretudo, os comerciantes e produtores locais.

Também noutros domínios os emigrantes se revelaram como instrumentos de inovação, sobretudo no que respeita às relações dentro da família (54.9%), aos hábitos de alimentação (77%), às formas de vestir (72.3%) e à ocupação dos tempos livres (49.8%). Em todos estes domínios os emigrantes tentaram – e conseguiram muitas vezes – transpor para o Nordeste os padrões das sociedades de acolhimento. Como exemplo desta uniformização de padrões pode apontar-se o facto dos emigrantes mais novos, sobretudo os da segunda geração, *juntarem a sua acção e exemplo à influência dos meios de comunicação social e de outros mecanismos de “urbanização do campo”, para transmitirem às suas aldeias, vilas e cidades a animação própria das férias, dos cafés, dos snacks, das boîtes e das discotecas, que surgem por todo o lado, substituindo, como lugares de encontro e de festa, as lojas, as eiras e os adros das igrejas*⁴⁵⁾.

- X) Os emigrantes regressados a esta Região conseguiram, durante o período de permanência no estrangeiro, um nível de poupanças significativo; 41.8% regressaram com poupanças compreendidas entre os 5 000 e os 10.000 contos. Para tal sujeitaram-se, como já afirmámos, a condições muito duras de trabalho, sacrificando muitas das horas de descanso a que tinham direito.

A finalidade última deste trabalho intensivo prendia-se com a necessidade de enviar para a família, que permanecera nalguns casos nesta Região, poupanças suficientes para o seu sustento; paralelamente com esta necessidade surgia o regresso como meta a atingir no mais curto espaço de

45) Cf. AMARO, Rogério Roque – *Reestruturações Demográficas, Económicas e Sócio-culturais em Curso na Sociedade Portuguesa: o Caso dos Emigrantes Regressados*. Ob. cit.

tempo, para a efectivação do qual se tornava imprescindível conseguir um volume significativo de poupanças.

As remessas de divisas para o Nordeste Interior sucediam-se inexoravelmente, mais do que uma vez por ano em 46% dos casos, ou quando se justificava essa transferência (25.4%). Tais remessas representavam uma parte substancial dos salários conseguidos nos países de acolhimento, chegando 36.6% dos emigrantes desta Região a enviar mais de metade do seu salário, 34.3% menos de metade e 29.1% metade.

Foi com estas remessas⁴⁶⁾ que muitas Famílias desta Região conseguiram sobreviver numa primeira fase da cadeia migratória para, posteriormente, atingirem um nível de vida desafogado, só possível mercê dos sacrifícios por que tiveram de passar aqueles que um dia emigraram.

Representando as remessas dos emigrantes um peso tão acentuado no rendimento disponível das Famílias do Nordeste Interior atingindo o regresso dos emigrantes valores crescentes nos últimos anos, mantendo-se praticamente estagnados os fluxos migratórios para a Europa, uma interrogação se coloca desde logo: que consequências para a Região, em termos de desenvolvimento, advirão do facto de a curto / médio prazo se assistir a uma diminuição drástica dessas remessas e até mesmo ao seu próprio esgotamento?

A resposta a esta questão é dada por João Cravinho⁴⁷⁾ quando afirma que *é fácil de ver que a diminuição significativa das remessas, sem o correspondente alargamento das oportunidades de obtenção de rendimentos por via interna, designadamente por via do trabalho por conta de outrem, terá pesadas consequências sobre a desigualdade inter e intra regional, bem como sobre a manutenção de actividades económicas locais e regionais actualmente estimuladas por despesas financiadas a partir das remessas. Nestas condições, não nos podemos sentir confortados pelo facto de numerosos emigrantes mostrarem propensão para se reinserirem na economia tradicional. Ainda que o desemprego não venha a subir dramaticamente, os baixos níveis de consumo e de criação de excedentes a que esse modo de reinserção obrigam, em paralelo com a quebra de remessas, poderão originar uma acentuada depressão das zonas mais afectadas pela emigração, no caso de não virem a ser desencadeados programas adequados de desenvolvimento local e regional.*

46) Em 1979 as remessas dos emigrantes para o Nordeste representavam 30.8% dos rendimentos totais das Famílias desta Região, ultrapassando mesmo o excedente bruto da exploração e as remunerações dos empregados por conta de outrem, fontes maioritárias do rendimento familiar in CORDOVI, FRANCISCO e SANTANDER, José – Séries Regionalizadas do Produto, Remessas e Excedente para 1977 e 1979 e do Emprego para 1977. Ed. prov.. GEBEI / IACEP. Lisboa, 1981.

47) CRAVINHO, João – *Retorno e Desenvolvimento. Comentário aos Estudos do IED e do CEDEP*. Ob. cit.

Até ao momento as poupanças dos emigrantes desta Região têm sido investidas, em geral, na compra de casa e bens de consumo duradouro, na aquisição de terrenos agrícolas e diversa maquinaria que muitas vezes fica subutilizada, em cafés, restaurantes e hotéis cujo número já terá ultrapassado as necessidades locais, e, sobretudo, em depósitos bancários.

Esta forma de aplicação das poupanças tem merecido críticas por parte daqueles que vêem, nesta actuação, uma ausência total de investimento produtivo, único capaz de gerar desenvolvimento. Embora tais investimentos não possam ser considerados como os mais correctos para o desenvolvimento desta Região, estão bem longe de poder ser classificados como improdutivos. Na verdade, a construção ou compra de casa por parte dos emigrantes regressados evitou que a crise na construção civil fosse sentida, nesta Região, com a intensidade com que se manifestou nas restantes – sobretudo a partir dos anos oitenta – ao mesmo tempo que originava efeitos positivos em sectores económicos situados a montante e a jusante. Os cafés, restaurantes e hotéis contribuíram para um aumento de postos de trabalho, ao mesmo tempo que possibilitaram uma infraestrutura turística de que a Região não dispunha, responsável durante muito tempo pela ausência significativa de turismo. Todos estes investimentos deram vida à Região, animaram muitos dos seus agentes económicos, modificaram em parte a fisionomia do Nordeste, já que *nenhuma região parece mais próspera do que as zonas maciçamente afectadas pela emigração*.⁴⁸⁾

48) POINARD, Michel – *Emigrantes Retornados de França: a Reinserção na Sociedade Portuguesa*. Revista “Análise Social”. Vol. XIX, Nº 76. Lisboa, 1983.

4 • Emigrantes Regressados e Desenvolvimento

A emigração verificada nos anos sessenta e parte de setenta, a partir do Nordeste Interior Português, foi uma consequência dos desequilíbrios regionais que então se verificavam, desequilíbrios esses provocados pela ausência de uma política de desenvolvimento em Portugal. Milhares de pessoas abandonaram esta Região de qualquer forma e a qualquer preço, deixando mais pobre e com menos possibilidades de desenvolvimento⁴⁹⁾ o Nordeste Interior. Não houve política de emigração de qualquer espécie, já que esta teria de basear-se numa política de desenvolvimento que não existia.

Um quarto de século após a partida, quando aumenta o regresso dos emigrantes ao Nordeste, nada ou muito pouco se tem feito, a nível nacional ou regional, para potenciar esse regresso em termos de desenvolvimento. Continuam as autoridades responsáveis a preocupar-se muito mais com o tipo e a qualidade de incentivos – com vista à máxima captação das suas poupanças –

49) A este propósito pode ler-se num relatório da OCDE: *Même si l'émigration permet de résoudre partiellement le problème du chômage à court terme, on peut se demander si l'on peut y voir une solution structurelle à ce problème. A notre avis, le développement économique et l'exportation à grande échelle de main-d'oeuvre sont incompatibles à long terme, c'est-à-dire que l'émigration ne peut être qu'un palliatif à la maladie du chômage ou du sous-emploi*, in GENDT, Rien V. – *Services Pour le Retour et la Réinsertion des Travailleurs Émigrés*. OCDE. Paris, 1977.

do que com o desenvolvimento do país, o qual, naturalmente, permitiria um regresso com outras perspectivas. Embora as poupanças dos emigrantes continuem a ser imprescindíveis para o equilíbrio da Balança de Transacções Correntes Portuguesa, as autoridades governamentais têm de conciliar esta necessidade com o lançamento da regionalização que sirva de suporte às políticas de desenvolvimento regional e de regresso. Esta conciliação exige, segundo João Cravinho⁵⁰⁾ *que o que resta dos paradigmas de crescimento à base do modelo de acumulação centralizada perca força a favor de uma outra concepção do desenvolvimento impulsionado por uma efectiva descentralização do poder económico e político, coordenando apropriadamente, mas também autonomizando quando for caso, iniciativas de âmbito nacional, regional e local. Sem essa descentralização a inércia post-mortem do modelo de acumulação centralizada tenderá sempre a instrumentalizar num papel passivo e residual os homens do país da emigração.*

O aproveitamento pleno por parte do Nordeste Interior do factor trabalho e do factor capital – emergentes do regresso dos emigrantes – só se consegue no contexto de uma política de desenvolvimento regional, em que as pessoas conseguem fazer valer as suas capacidades, empresariais ou não, sendo os capitais atraídos à Região dadas as boas perspectivas oferecidas de segurança e rentabilidade.

Surge assim a regionalização e a política de desenvolvimento regional como verdadeiros prè-requisitos para a definição de uma política de regresso dos emigrantes. Esta, para ser eficaz, deverá basear-se num conjunto de pressupostos de que destacaremos:

- I) Na política de regresso devem ser contemplados não só os emigrantes que voltam ao Nordeste Interior Português mas também os naturais que nunca abandonaram a Região, conseguindo-se assim uma abrangência de interesses – aparentemente antagónicos – que irão convergir para a concretização do fim último: o desenvolvimento da Região;
- II) A curto prazo o regresso dos emigrantes não originará pressões sobre o mercado de trabalho, dada a disposição (ou imposição?) dos emigrantes em se encaminharem preferencialmente para a agricultura (53.1%) ou para actividades não agrícolas como *patrões* e *isolados* (17.4%). Contudo, a política de regresso deverá ter em conta que, a médio e longo prazo, aumentarão significativamente as pressões sobre o mercado de trabalho – com origem sobretudo na segunda geração – a não ser que sejam criados postos de trabalho, o que implica uma política de desenvolvimento;
- III) Os emigrantes regressados não adquiriram uma formação profissional substancialmente diferente daquela que possuíam antes de partirem. A idade activa com que regressam impõe a adopção de um conjunto de medidas de apoio nos domínios da qualificação profissional, tendentes à

50) CRAVINHO, João – *Retorno e Desenvolvimento. Comentário aos Estudos do IED e do CEDEP*. Ob.cit.

valorização da mão de obra em função das necessidades e capacidades da Região. João Cravinho⁵¹⁾ fala mesmo em formação da mão de obra com vista ao desenvolvimento, já que *a revalorização do factor humano é o ponto de partida e o garante da efectivação de qualquer esquema de desenvolvimento endógeno.*

A política de regresso, em sentido lato, deverá contemplar a possibilidade dos países de acolhimento reciclarem os emigrantes em situação de desemprego, com vista ao seu regresso em condições mais favoráveis. Não seria esta reciclagem profissional mais justa e humana do que a concessão de subsídios de retorno, que pouco favorecem os emigrantes e em nada contribuem para a sua reintegração nas sociedades de origem?⁵²⁾

Em sentido estrito deverá a política de regresso proporcionar a qualificação profissional a todos os emigrantes que o desejem. Uma das formas possíveis de levar à prática tal qualificação era o aproveitamento dos Centros de Formação Profissional espalhados pelo país. Segundo Eduardo Sousa Ferreira⁵³⁾ *simples programas de apoio técnico e financeiro serão suficientes para os pôr a funcionar, podendo a reciclagem dos emigrantes retornados ser aí levada a cabo. Podem também os emigrantes, com qualificação profissional conveniente e que não retornam ou estão longe de o fazer, dar uma importante contribuição, mediante programas estabelecidos entre Portugal e instituições dos países de imigração, para resolver uma importante carência desses Centros: a falta de monitores actualizados.*

- IV) Deverá a política de regresso ter em atenção que o emigrante regressado não é um investidor que arrisca o seu capital, preferindo aplicar as poupanças de forma segura: daí a preferência pelos depósitos bancários. Com base nesta realidade terá a política de regresso de diversificar as potencialidades de investimento oferecidas aos emigrantes, de molde a aumentar a probabilidade destas se poderem adequar à diversidade das situações. Por detrás da maioria desta diversificação de potencialidades de investimento deve estar o Estado ou as Autarquias Locais, entidades que geram a confiança necessária ao investimento dos emigrantes. Conforme salienta Manuela Silva *et al.*⁵⁴⁾ *não é necessário que o emigrante se transforme em investi-*

51) CRAVINHO, João – *Retorno e Desenvolvimento. Comentário aos Estudos do IED e do CEDEP.* Ob. cit.

52) A Turquia e a Alemanha estabeleceram, em 1972, um acordo com vista à formação profissional dos emigrantes turcos. Ler, a este respeito, o relatório da OCDE de 1977, da responsabilidade de GENDT, Rien V. – *Services Pour le Retour et la Réinsertion des Travailleurs Émigrés.* Ob. cit..

53) FERREIRA, Eduardo Sousa – *Retorno e Desenvolvimento: Subsídios para uma Economia de Reintegração dos Emigrantes Portugueses.* Teorema. Lisboa, 1985.

54) SILVA, Manuela *et al.* – *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal.* Ob. cit.

dor, pois ele pode ser veiculado a certos empreendimentos sem tomar a sua responsabilidade e risco que poderiam ficar a cargo de entidades e organismos de tipo semipúblico ou parabancário, ou mesmo empresas privadas reunindo capitais alheios. Esta constatação de que o emigrante regressado não é um investidor *congénito*, mas pode perfeitamente associar-se a empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento da Região, deve ser tomada em conta pela política de regresso, evitando-se assim investimentos pouco produtivos levados a cabo durante a permanência no estrangeiro e após o regresso.

- V) A política de regresso deve ter em consideração o facto das remessas dos emigrantes tenderem para uma diminuição contínua, dada a conjugação simultânea do aumento do número de regressos e da inserção definitiva nas sociedades de acolhimento por parte de alguns – poucos até ao momento – emigrantes. A partir desta realidade deve a política de regresso conquistar a confiança dos emigrantes da Região, fazendo com que as poupanças acumuladas no estrangeiro – e nunca transferidas por receio dos seus possuidores de não se (re)adaptarem à vida no Nordeste Interior – sejam canalizadas para esta Região e aqui investidas produtivamente;
- VI) Uma informação rápida, detalhada e diversificada, é condição imprescindível para o êxito da política de regresso. As informações deveriam abarcar uma gama diversificada de assuntos: perspectivas de emprego, níveis salariais, custo de vida, habitação, educação dos filhos, transferência dos direitos da segurança social, cursos de formação profissional, possibilidades de aplicação das poupanças, etc.. As informações seriam prestadas aos emigrantes ao longo das diferentes fases da cadeia migratória, utilizando-se para tal a imprensa, a rádio e a televisão, assim como as embaixadas e consulados portugueses espalhados pelos diferentes países de acolhimento. Paralelamente a estas actividades deveria igualmente a política de regresso preocupar-se com a informação às populações locais, que nunca emigraram, sobre a problemática da emigração e do regresso. Para uma eficaz (re)inserção dos emigrantes não chega tomar medidas tendentes à criação de postos de trabalho ou à promoção do investimento, assim como não é suficiente o simples desejo de regressar à Região. A informação prestada à população residente com vista à formação de uma opinião pública favorável ao regresso dos emigrantes é decisiva para essa (re)inserção. Se a população local, por falta de informação, considera que aos emigrantes regressados é dado um tratamento preferencial, sente-se vítima de uma discriminação, surgindo de imediato as tensões e a animosidade contra os emigrantes. Se, pelo contrário, a informação prestada à população local fizer com que esta perceba e compreenda a situação dos emigrantes regressados nenhuma animosidade se manifestará, podendo tais emigrantes vir a constituir um elemento positivo na vida social da colectividade e no desenvolvimento da Região.

A política de regresso, como já afirmámos, deve ser perspectivada

no âmbito mais alargado do desenvolvimento regional, apoiando-se este no processo de regionalização. A ausência destas políticas está a coartar os aspectos positivos que o regresso dos emigrantes poderia desempenhar no desenvolvimento desta e de outras regiões⁵⁵⁾, pelo que se torna imprescindível que as Autoridades Locais, a diversos níveis, iniciem e estimulem a discussão destes temas com as populações *no sentido de as consciencializar, por um lado, acerca da força que efectivamente têm e da capacidade para fazerem do nosso país o que quiserem que ele seja, e, por outro lado, da necessidade de compatibilizar interesses e projectos e de procurar soluções que se aproximem de maximizar a satisfação global*⁵⁶⁾.

A melhor forma de consciencializar as populações para a problemática da regionalização e do desenvolvimento é começar por examinar, em debates alargados, a situação sócio-económica do Nordeste Interior a partir dos finais da década de setenta, altura em que se começou a registar um certo dinamismo.

Vários factores endógenos e exógenos à Região contribuíram, por um lado, para conter a desertificação que grassava desde os inícios dos anos sessenta e, por outro, para modificar o estado de espírito da maioria da população, a qual, resignada ao subdesenvolvimento, considerava o Hoje igual ao Ontem e ao Sempre.

Dentre esses factores são de destacar os seguintes:

- I) As remessas dos emigrantes oriundos desta Região, enviadas regularmente para os seus familiares que aqui permaneciam, aumentaram substancialmente o poder de compra da população. Esta melhoria do poder de compra reflectiu-se nos mercados locais que se viram dinamizados por uma procura acrescida, dinamização essa que foi mais nítida a nível dos sectores da construção civil e do comércio. Posteriormente, e numa segunda fase, o aumento da procura teve reflexos evidentes em alguns sectores produtivos localizados no Nordeste Interior;
- II) À medida que os emigrantes vinham passar as suas férias anuais a esta Região alterava-se lentamente o padrão de consumo existente. Na realidade, e como já afirmámos, os emigrantes tentaram transferir para o Nordeste Interior o(s) modelo(s) de consumo das sociedades de acolhimento. Inicialmente, essa alteração só era visível nos familiares dos emigrantes aqui residentes; posteriormente, e por efeito de imitação, a alteração do padrão de consumo alargou-se à maioria da população, originando

55) Estamos a considerar, desde o início do trabalho, o Nordeste Interior Português como região. Tal facto deve-se, tão só e apenas, à circunstância de não se encontrarem delimitadas as verdadeiras Regiões que irão formar o Todo Nacional. Logo que a regionalização se concretize, o Nordeste Interior Português irá agrupar-se a outras unidades territoriais contíguas, com características comuns, surgindo então uma Região com potencialidades para conseguir um desenvolvimento harmonioso.

56) Cf. LOPES, A. Simões – *Regionalização e Desenvolvimento*. Ob. cit..

substanciais modificações na estrutura da procura;

- III) O efeito conjugado da melhoria do poder de compra da população e da alteração substancial da estrutura da procura originou, em grande medida, o desaparecimento quase total da tradicional – e já secular – economia de subsistência;
- IV) O profundo desequilíbrio demográfico sentido na Região a partir dos anos sessenta, fruto das migrações internas e externas, reduziu-se bastante a partir do momento em que se fixaram no Nordeste Interior muitos milhares de pessoas⁵⁷⁾ obrigadas a retornar das ex-colónias portuguesas, e daqui naturais. Para esta redução significativa do desequilíbrio demográfico contribuiu igualmente o regresso de muitos emigrantes. Com a redução da desertificação originou-se um significativo dinamismo humano, como há muito se não via na Região;
- V) O Nordeste Interior viveu longos e intermináveis anos *fechado* às influências externas. As deficientes vias de comunicação, a má recepção das emissões de rádio e televisão, o pequeno número de telefones e de jornais, a fronteira com Espanha que funcionava em termos de separação absoluta entre os dois povos, ditaram o isolamento da Região. Com os anos setenta modifica-se profundamente o *statu quo*, mudança para a qual contribuíram os movimentos migratórios e a melhoria da maior parte dos indicadores do nível de vida. Esta *abertura* da Região ao exterior provocou alterações significativas na mentalidade dos seus habitantes que começaram a questionar as Autoridades sobre o atraso em que se encontrava o Nordeste Interior, criando-se ao mesmo tempo um certo dinamismo empresarial;
- VI) A primeira crise petrolífera de 1973 fez com que os países industrializados europeus dificultassem – e até impedissem – a entrada de novos emigrantes. Viu assim o Nordeste Interior Português fechar-se a porta da emigração pela qual haviam passado muitos milhares dos seus naturais, constituindo tal saída uma das poucas soluções para o problema do desemprego. Paralelamente com esta situação diminuem significativamente as migrações internas para as Regiões do Litoral, também elas a sofrer os efeitos da crise. O Nordeste Interior, para quem as migrações internas e externas se assumiam como características intrínsecas ou estruturais da sua economia, vê-se obrigado a fixar e absorver a sua população, criando-se assim um certo dinamismo económico do qual resultou o aparecimento da pequena empresa, do restaurante, da carpintaria, da exploração agro-pecuária, da tipografia, etc., tudo com vista à fixação da mão de obra em geral;

57) Fixaram-se nesta Região 15 974 pessoas vindas das ex-colónias portuguesas. Ver, a este propósito AMARO, Rogério Roque – *Reestruturações Demográficas, Económicas e Socioculturais em Curso na Sociedade Portuguesa: O Caso dos Emigrantes Regressados*. Ob. cit..

VII) A profunda alteração política originada pelo 25 de Abril de 1974 reflectiu-se também ao nível dos Municípios, até então completamente dependentes das maiores ou menores benesses que o Governo lhes ia prodigalizando. Com a democratização do país surgem os Municípios com uma nova dinâmica, motivada, em boa parte, pelos elevados recursos financeiros postos à sua disposição²⁸⁾. Os Autarcas eleitos, conhecedores do estado de abandono a que havia sido votado o Nordeste Interior, tentam satisfazer as necessidades básicas das suas populações – especialmente as dos meios rurais, mais carenciadas – dando início a obras de saneamento básico, electrificação, pavimentação de ruas, construção de escolas, etc.. Melhoraram-se assim as condições de vida das populações, ao mesmo tempo que se dinamizam algumas empresas de construção civil e se criam postos de trabalho;

VIII) As sucessivas desvalorizações da moeda portuguesa, ocorridas a partir de 1976, fizeram com que se alterasse substancialmente a paridade do escudo em relação à peseta; por outro lado, a região de Espanha, contígua ao Nordeste, estava num estágio de desenvolvimento superior ao aqui registado. Estes dois factores conjugados originaram um verdadeiro mercado para a produção portuguesa, dinamizando muitas das estruturas económicas desta Região.

Todos estes factores constituem sinais evidentes de um certo dinamismo que se verifica nesta e noutras regiões, dinamismo esse que pode e deve ser aproveitado como ponto de partida de uma política de desenvolvimento regional que contemple, como já afirmámos, o sistema de regiões do país. Hoje em dia a eliminação ou, pelo menos, a redução das desigualdades regionais deixou de ser apenas e tão só uma preocupação económica e social para constituir um verdadeiro objectivo político. Na realidade, os diferentes responsáveis pela governação do país constatam já não serem apenas as regiões desprotegidas a sofrerem os efeitos negativos das situações de desequilíbrio verificadas; para além destas, todo o sistema socioeconómico do país se ressent das pronunciadas assimetrias regionais existentes.

Para a superação dos desequilíbrios regionais torna-se necessário definir uma estratégia de desenvolvimento coerente, cujos contornos princi-

58) Embora a acção do Poder Local seja sempre de enaltecimento, muitas Câmaras Municipais do Nordeste Interior não se souberam rodear do elemento humano e técnico imprescindível para a correcta aplicação dos recursos financeiros, sempre escassos face às enormes carências. Para além do agravamento da dependência em relação a *centros* fornecedores desse elemento humano e técnico, viu-se o Poder Local muitas vezes criticado nas suas acções pela pouca transparente definição de prioridades e também pelo facto das soluções adoptadas nem sempre serem as tecnicamente mais correctas. Surge assim o Poder Local com uma *imagem de incapacidade e até de incompetência de que nalguns casos será difícil libertar-se o que não favorece o processo de regionalização*, in LOPES, A. Simões – *Regionalização e Desenvolvimento*. Ob. cit.

país vamos tentar explicitar.

A experiência internacional das últimas duas décadas demonstrou que a correcção das assimetrias regionais não se resolve apenas com base numa política de redistribuição de rendimentos ou de repartição intersectorial de recursos. Embora esta política origine alguns aspectos positivos e bastante necessários, não é contudo suficiente. É imprescindível que as regiões consigam adquirir a capacidade de criar riqueza, sendo esta capacidade muito mais importante do que eventuais subvenções ou repartição de rendimentos.

A permanência de assimetrias regionais ocasiona um fenómeno complexo de efeitos cumulativos⁵⁹⁾, fenómeno esse que não apenas se reflecte em desequilíbrios dos rendimentos disponíveis mas também na vulnerabilidade e pobreza das estruturas económicas. Como corolário desta situação os fluxos estabelecidos são sempre desfavoráveis à *periferia*, contribuindo para a acumulação de riqueza nas regiões do *centro*. As políticas correctoras baseadas nas transferências de recursos⁶⁰⁾, para além de não surtirem grandes efeitos em termos de melhoria das estruturas económicas, desencadeiam resistências em épocas de crise económica. Julgamos assim que a estratégia de desenvolvimento regional deverá apoiar-se nas políticas que possibilitem uma melhoria das estruturas económicas, adoptando medidas que permitam o normal desenvolvimento das estruturas locais de produção.

A orientação da estratégia de desenvolvimento não poderá, como sucedeu em diferentes países, privilegiar as políticas sectoriais em detrimento de uma actuação integrada, uma vez que os resultados conhecidos não são demasiado animadores. Tem sido prática corrente orientar os incentivos, em regiões de predominância da economia agrícola, no sentido de favorecer o aparecimento de actividades industriais. Os resultados obtidos a partir desta orientação podem considerar-se, em boa parte, como positivos, sobretudo se resultam de pequenas e médias empresas orientadas para os mercados nacionais, sem nunca descuidarem os consumos locais. Contudo, muitas desilusões têm surgido também deste tipo de estratégia, mormente nos casos do estabelecimento de grandes empresas industriais em regiões predominantemente rurais,

59) Para LOPES, A. Simões; OLIVEIRA, Manuela e RODRIGUES, Ludgero o processo cumulativo releva da *ausência de uma política de desenvolvimento regional que lhe inverta a tendência e da efectiva divisão interregional do trabalho, de que resulta uma maior diversificação da base económica das regiões mais desenvolvidas (actividades secundárias e terciárias), em oposição à crescente especialização das regiões mais atrasadas (actividades do sector primário), com a conseqüente dependência destas em relação àquelas, in Desequilíbrios Regionais e Integração. Revista "Estudos de Economia". Vol. II, nº 1. Setembro/Dezembro de 1981.*

60) Para MEYER, J. R. *promover ajudas a regiões "deprimidas" à custa das regiões "prósperas" será premiar o insucesso e penalizar o sucesso... in LOPES, A. Simões - Desenvolvimento Regional: O Quadro Regional. Associação de Estudantes do Instituto Superior de Economia. Lisboa, 1977.*

empresas essas que canalizam quase exclusivamente os seus *outputs* para o exterior, pouco ou nada se preocupando com os recursos e os consumos das regiões onde se instalam.

Nesta conformidade, é necessária uma estratégia intersectorial que tenha em atenção os recursos locais, de molde a conseguir a diversificação da *Base Económica da Região*. Numa primeira fase este tipo de estratégia apoiar-se-à na criação de novas fontes de rendimento familiar – nas actividades artesanais, na modernização das explorações agrícolas, nas pequenas e médias indústrias – de molde a conseguir a melhoria das condições de vida e a satisfação das necessidades básicas da população; numa segunda fase a estratégia de desenvolvimento deverá basear-se na expansão das actividades que tenham em conta os recursos locais, conseguindo-se, desta forma, a manutenção a longo prazo de um desenvolvimento auto-sustentado.

Institucionalmente a estratégia de desenvolvimento terá como suporte formal o planeamento ⁶¹⁾, levantando-se por vezes a polémica sobre se este deverá ser realizado centralmente ou nas próprias regiões. Os argumentos invocados em defesa destas duas posições são sobejamente conhecidos. Invocam uns que o planeamento realizado a nível central ⁶²⁾ tem maior qualidade na análise e diagnóstico das situações e na formulação das propostas de actuação, para além de utilizar técnicas de programação mais sofisticadas; contrapõem outros que ao planeamento a nível central falta a dinâmica e espontaneidade da motivação dos interesses regionais.

Julgamos que tal polémica poderá ficar esvaziada de conteúdo se considerarmos o planeamento como um verdadeiro sistema, *um sistema complexo, com os seus elementos económicos, políticos, demográficos, ... é efectivamente um todo complexo que nos preocupa, um todo cujas partes estão*

61) O planeamento não pode ser considerado como um fim, mas sim como um meio de promover o desenvolvimento. A defesa do planeamento é feita por LOPES, A. Simões nos seguintes termos: ... *é que não consegui encontrar ainda processo de evolução espontânea, ou "natural", que conduza à harmonia. A lei de atracção universal parece ser mesmo, e em tudo, aténas Ciências Sociais, universal: matéria atrai matéria... riqueza atrai riqueza... pobreza atrai pobreza, quiçá...; e desenvolvem-se modelos "gravitacionais"; e teorias de "polos" de crescimento; e de lugares "centrais" ... Nas Ciências Sociais recuso-me a aceitar determinismos; e quero o planeamento para poder arredá-los, in "Planeamento Regional: Concepção e Operacionalidade numa Óptica de Sistema". Revista "Economia e Sociologia." Vol. 14. Évora, 1972.*

62) Para o último Presidente do Conselho anterior à revolução de 25 de Abril de 1974, *a concepção e a decisão em matéria de planeamento regional no nosso país tem de pertencer às mesmas entidades a que compõem o planeamento global. Naturalmente que na preparação e estudo não podem deixar de participar as entidades locais interessadas e quantas mais, melhor. Mas esse é um aspecto de método sem relevância especial, in CAETANO, Marcello – Ensaio Pouco Político. Editorial Verbo. Lisboa, s. d..*

*relacionadas, um conjunto de coisas organizadas, materiais e imateriais que se relacionam, que são interdependentes, que exercem interações, que formam uma unidade. E é nessa óptica de sistema que o planeamento em geral tem de ser visto, que o planeamento regional e urbano, em particular, tem de ser considerado*⁶³⁾ Nesta perspectiva de planeamento, em que nos situamos, há que considerar cada Região como uma parcela de um Todo interligado e interdependente, pelo que não fará sentido planear para uma Região *sem nos situarmos no quadro das relações inter-regionais*⁶⁴⁾. Isto não invalida, como é óbvio, a participação das populações locais no sistema de planeamento desde a sua fase de concepção, execução e controlo.

Dissemos já anteriormente que desenvolvimento implica o acesso das pessoas aos bens e serviços que satisfaçam as suas necessidades básicas. Dada a escassez dos meios e a necessidade daí decorrente de os gerir racionalmente, torna-se imperioso que haja uma certa concentração desses bens e serviços em determinados *centros* espalhados pelo espaço regional. Todos estes *centros* possibilitam a satisfação das necessidades básicas da população em bens e serviços de utilização constante, pelo que devem ter uma área de influência pequena para não obrigar as pessoas a ter de efectuar longas deslocações. À medida que os bens e serviços se apresentam como de utilização menos regular, aumenta o seu grau de concentração, surgindo apenas em alguns *centros*; estes, necessariamente, apresentam uma área de influência maior, obrigando as populações a deslocações mais pronunciadas. Estes *centros*, onde se concentram os bens e serviços mais raros, são em muito menor número do que os anteriores; dado oferecerem também todos os bens e serviços de utilização constante surgem como *centros* de ordem superior.

Com base na gama de bens e serviços oferecidos às populações é possível hierarquizar a rede de *centros*, definindo-se para cada escalão hierárquico o tempo máximo que a população gasta para adquirir os bens e serviços que irão satisfazer as suas necessidades básicas. É, no fundo, a organização do espaço o objectivo de longo prazo do desenvolvimento. Tal como afirma A. Simões Lopes⁶⁵⁾ *não se duvidará que ao decidir sobre a organização espacial de longo prazo, nem todos os centros se encontrarão actualmente dimensionados para a "função" (ordem de importância dos bens e serviços) que devem desempenhar; alguns encontrar-se-ão subdimensionados; outros, ao contrário, estão sobredimensionados; aqui se encontrarão, então, fundamentados objectivos para as decisões a tomar acerca dos instrumentos de política apropriados para induzirem o crescimento onde e só onde é necessário e para refrearem a expansão onde se justifique que seja refreada.*

Deverá assim a estratégia de desenvolvimento enquadrar a organi-

63) Cf. LOPES, A. Simões – Planeamento Regional: Concepção e Operacionalidade numa Óptica de Sistema. Ob. cit.

64) Ibidém.

65) LOPES, A. Simões – *Desenvolvimento Regional e Integração*. Ob. cit.

zação espacial da sociedade e definir uma rede hierarquizada de *centros* e áreas de influência, com base nos equipamentos típicos de cada ordem hierárquica. Surgirão, desta maneira, *centros* com uma dimensão adequada para um eficiente aproveitamento dos equipamentos existentes.

Definidos os grandes contornos por onde deve passar a estratégia de desenvolvimento, voltemos à problemática do regresso dos emigrantes e à sua contribuição para o desenvolvimento do Nordeste Interior Português.

O crescimento pode ser um meio para atingir o desenvolvimento desde que devidamente enquadrado numa estratégia de desenvolvimento regional, e quando se verificar ser a produção de bens e serviços básicos insuficiente para satisfazer as necessidades da população de uma determinada região. No Nordeste Interior a produção conseguida está bem longe de satisfazer as necessidades básicas da sua população, tendo de recorrer a outras regiões do Litoral para conseguir grande número de bens e serviços básicos. É uma Região fortemente dependente do exterior.

Paralelamente com esta dependência existem na Região recursos humanos e materiais subaproveitados, capazes de diminuir o estado de dependência desde que devidamente equacionados ao nível de planeamento regional, integrados numa estratégia de desenvolvimento pensada, planeada, executada e controlada pelas pessoas *de dentro* da Região. Não se pense, porém, que esta última afirmação *pressupõe qualquer guerra aberta aos "de fora", reflectindo tão só e apenas a convicção de que nada ou muito pouco se alterará no Nordeste sem o concurso efectivo das suas gentes, das suas vontades, e da sua maneira de ser e estar na vida*⁶⁶⁾.

É ao nível do crescimento económico, e consequentemente do aumento da produção, que deverá ser visto o contributo dos emigrantes regressados a esta Região, desde que esse crescimento esteja perfeitamente balizado por uma estratégia de desenvolvimento, da qual será um dos vários instrumentos a utilizar no curto prazo.

Clarificada que foi a forma como os emigrantes podem contribuir para o desenvolvimento do Nordeste Interior iremos, de seguida, explicitar as diferentes maneiras em que essa contribuição pode ocorrer.

Através do inquérito realizado aos emigrantes regressados a esta Região foi possível detectar, para além de outras, três grandes características comuns: o significativo volume de poupanças conseguidas durante a cadeia migratória, a idade activa com que voltam e a preferência dedicada ao sector agrícola após o regresso definitivo. A concatenação destas três características leva-nos a reflectir sobre a ligação privilegiada que mantêm com a agricultura, e a maneira como poderiam contribuir para a sua modernização.

Ao regressarem ao Nordeste Interior os emigrantes, em grande

66) CEPEDA, FRANCISCO JOSÉ TERROSO – *Uma Economia Nova para um Nordeste Novo*. Mensageiro de Bragança de 24/9/82, 1/10/82, 5/11/82 e 19/11/82

maioria, decidem-se por trabalhar na agricultura, sector que bem conheciam quando se viram forçados a abandonar a sua Região. Vários factores contribuem para este regresso à agricultura:

- I) Ao chegarem, encontram uma região com fraca industrialização, onde as perspectivas de conseguir um emprego nos sectores secundário e terciário são escassas, ou mesmo nulas;
- II) Durante a permanência no estrangeiro foram adquirindo terras que mantiveram abandonadas, assim como tractores e máquinas agrícolas que permaneceram paradas;
- III) O regresso à freguesia de origem, verificado na grande maioria dos casos, levou-os a fixarem-se em áreas predominantemente rurais, nas quais a agricultura era actividade fundamental e quase única, já que o comércio aí existente não passava de uma actividade complementar daquela;
- IV) A construção ou compra de casa própria na freguesia de onde haviam partido constituiu, quando do regresso, um poderoso incentivo para a fixação dos emigrantes, e, logicamente, para um retornar às práticas agrícolas.

O tipo de agricultura que os emigrantes regressados vieram encontrar no Nordeste não era substancialmente diferente daquele que haviam abandonado quando da emigração. As mesmas culturas, as mesmas técnicas de cultivo, as mesmas dificuldades com a colocação dos produtos, a mesma dependência em relação aos intermediários, em suma, o mesmo atraso de longos anos. A única diferença visível, em grande parte consequência do forte caudal migratório, dizia respeito ao maior número de tractores e máquinas agrícolas existentes.

Sendo este o panorama que se lhes deparou, sendo esta a agricultura que vieram encontrar, perguntar-se-á: como reagiram os emigrantes regressados? Mantiveram o *status quo* ou, pelo contrário, alteraram substancialmente tal situação?

Os emigrantes regressados a esta Região têm-se revelado como elementos perfeitamente passivos, indiferentes e/ou incapazes de qualquer atitude inovadora, verdadeiros actores de uma *evolução na continuidade*. Foram, ontem mais do que hoje, as aquisições de terras sem qualquer preocupação de constituírem explorações agrícolas viáveis, são as compras de máquinas agrícolas mais como ostentação do que necessidade, é o número crescente de terras deixadas por cultivar é, em síntese, o agravar das condições de dependência da Região.

Culpados os emigrantes regressados?

É óbvio que não.

Que culpa pode ser atribuída aos emigrantes regressados quando, após 13.7 anos em média de permanência no estrangeiro, voltam e encontram a Região que haviam deixado, e para a qual transferiram milhares de contos, no mesmo estado de abandono?

Que culpa podem ter os emigrantes regressados em adquirir terras isolados – que vão aumentar a já caótica situação do exagerado número de *escalões* por exploração – quando, durante os anos de ausência, os responsáveis nacionais e locais não conseguiram levar a efeito uma política de emparcelamento agrícola?

Quem poderá culpar os emigrantes regressados por não cultivarem algumas parcelas das suas explorações quando, após tantos anos de ausência, constatam continuar por definir uma política de fixação prévia de preços dos produtos agrícolas?

Que culpa pode ser imputada aos emigrantes regressados por persistirem com as culturas agrícolas tradicionais na Região quando, consumada a adesão do país às Comunidades Europeias, ainda ninguém se preocupou em informá-los sobre as variedades culturais mais aconselhadas?

A culpa da situação desastrosa da agricultura do Nordeste Interior não pode ser endossada aos emigrantes – os menos culpados devido à prolongada ausência – assim como também não pode ser imputada aos agricultores que nunca emigraram, também eles vítimas de políticas agrícolas pouco rigorosas e de modelos, ditos de “desenvolvimento”, desastrosos.

Que fazer, para que os emigrantes regressados se transformem em elementos activos no sentido da modernização da agricultura da Região?

Em primeiro lugar deverá surgir uma política de desenvolvimento agrícola que incentive o emparcelamento de modo a surgirem explorações agrícolas bem dimensionadas; que estimule formas de cooperativismo e associativismo; que defina claramente os circuitos de comercialização; que estabeleça o acesso ao crédito em moldes correctos e desburocratizados; que determine quem deve fazer extensão rural, já que esta não pode nem deve andar divorciada daqueles que fazem investigação e experimentação.

Definidas as regras do jogo aparecerá então o emigrante regressado como elemento activo em todo este processo de modernização da agricultura, convertendo-se talvez no maior dinamizador das transformações a operar nas explorações agrícolas, graças à sua significativa capacidade de trabalho e às poupanças que lhe permitirão fazer os investimentos considerados indispensáveis. Enquanto a política de desenvolvimento agrícola não for uma realidade, a ocupação agrícola do emigrante regressado não passará de uma mera actividade de autoconsumo na maioria dos casos, ou de complemento dos rendimentos conseguidos com as poupanças depositadas nos bancos.

Vimos já que o emigrante regressado manifesta uma acentuada tendência para trabalhar isoladamente, como patrão ou proprietário, abandonando o trabalho que desenvolvera no estrangeiro – construção civil e indústrias transformadoras. Representando estas indústrias um papel importante na promoção do desenvolvimento poderá pensar-se que o regresso dos emigrantes, ao abandoná-las, em nada contribuirá para a melhoria das condições regionais. Deverá contudo ter-se em atenção que este abandono não reflecte

uma escolha deliberada da agricultura, mas tão só uma ausência significativa de postos de trabalho nos referidos sectores, especialmente nos meios rurais onde se fixaram.

A tendência do emigrante para trabalhar isoladamente pode ser aproveitada no sentido da criação de pequenas empresas, aproveitando mão de obra essencialmente familiar, com tecnologia intermediária⁶⁷⁾, destinando-se a sua produção essencialmente aos mercados locais. Como afirma Eduardo Sousa Ferreira⁶⁸⁾ *a pequena empresa, em geral por conta própria, tem um papel fundamental não só enquanto "viveiro" empresarial mas também pelas funções que desempenha*. Apesar da pequena empresa, isoladamente, criar poucos postos de trabalho, a sua fácil proliferação originará reflexos positivos a nível do mercado de trabalho e do crescimento do consumo local.

Para permitir um crescimento auto-sustentado das pequenas empresas, e face à relutância dos emigrantes em correrem riscos com os seus investimentos, deveriam as Autarquias Locais promover a constituição de empresas mistas, de dimensão média, que aproveitassem as poupanças dos emigrantes no sentido de criar um maior número de postos de trabalho e de promover o alargamento dos mercados regionais. A participação das Autarquias Locais nestas empresas, apenas como accionistas, seria suficiente para gerar a confiança dos emigrantes nestes empreendimentos, devendo igualmente ser possibilitada aos não emigrantes a participação no respectivo capital social.

Deviam igualmente as Autarquias Locais colocar à disposição dos emigrantes regressados, e dos não emigrantes, loteamentos industriais a preços reduzidos, devidamente infraestruturados, capazes de servirem de incentivo a todos aqueles que pretendessem criar uma empresa, libertando-os assim de uma parte significativa do investimento inicial, o qual, muitas vezes, é o principal responsável pelo adiar sistemático de projectos industriais. Paralelamente a estes loteamentos industriais, e ainda no âmbito da promoção de investimentos, as Autarquias Locais deveriam facultar a todos os interessados *carteiras de ideias* para investir, ideias essas decorrentes de estudos técnicos especializados que articulassem os recursos físicos e humanos desta Região com os mercados regionais, nacionais e internacionais, tendo sempre presente

67) *As tecnologias intermediárias devem, prioritariamente, envolver baixos custos de implantação e utilizar ao máximo os recursos localmente disponíveis em materiais, capacidades profissionais, etc. ... com estas tecnologias não se pretende, na fase inicial do processo de desenvolvimento, operar uma revolução tecnológica nas áreas rurais, mas sim introduzir um conjunto harmónico de alterações capazes de produzir uma melhoria significativa na qualidade de vida das populações rurais, proporcionando-lhes assim a base para um desenvolvimento mais avançado, em fase posterior do processo*, in MARTINS, Assis Farinha – *Transferências de Tecnologia, Investigação Científica e Desenvolvimento*. Revista "Nação e Defesa". Instituto de Defesa Nacional. Ano III, Nº 8. Outubro/Dezembro de 1978.

68) FERREIRA, Eduardo Sousa – *Retorno e Desenvolvimento: Subsídios para uma Economia de Reintegração dos Emigrantes Portugueses*. Ob. cit.

que o Mercado Interno é uma realidade em Janeiro de 1993. Tais estudos teriam, como ponto de partida, a utilização dos técnicos e dos serviços existentes no Nordeste Interior, especialmente o potencial humano e científico da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e do Instituto Superior Politécnico de Bragança.

Embora a experiência internacional verificada em diferentes países que viram regressar os seus emigrantes e tentaram, com base nesse regresso, desenvolver as regiões de emigração, não seja por demais encorajadora, serve contudo para apontar algumas soluções possíveis. Assim, na Turquia ⁶⁹), constituíram-se várias centenas de pequenas e médias empresas a partir dos emigrantes regressados, que se associavam para tal efeito; aplicavam desta forma as poupanças conseguidas na emigração criando, ao mesmo tempo, emprego para as respectivas famílias. A maioria destas pequenas e médias empresas veio a ter problemas, motivados essencialmente pela ausência significativa de projectos, de pessoal habilitado para fazer a gestão dessas empresas e do fraco apoio prestado pelo governo turco. Parece-nos que esta solução para aplicação das poupanças dos emigrantes e criação de postos de trabalho poderia, desde que devidamente enquadrada, ter um certo êxito a nível do Nordeste Interior. Para tal, seria necessário que as autoridades locais prestassem apoio a essas empresas, sobretudo nos planos técnico e de gestão, ao mesmo tempo que lhes forneceriam as sugestões constantes das *carteiras de ideias* anteriormente referidas.

Paralelamente ao apoio das autoridades locais o governo central permitiria aos emigrantes regressados, e que fundassem uma empresa, importar dos países onde estiveram as máquinas e demais bens duradouros necessários, importação essa com total isenção de impostos desde que o pagamento fosse efectuado com as poupanças que os citados emigrantes mantêm no estrangeiro.

Todas estas soluções preconizadas para o contributo dos emigrantes regressados no desenvolvimento industrial podem não passar de medidas avulso, condenadas ao fracasso, se não forem devidamente enquadradas numa política industrial. Tal como afirma Manuela Silva *et al.* ⁷⁰) *também aqui não parece possível esperar resultados da mera acção espontânea dos recursos contidos no retorno, necessitando-se de uma política industrial que, integrada na ideia de desenvolvimento, estimule, promova, fixe e determine aqueles empreendimentos.*

Dissemos já que o emigrante regressado a esta Região é extremamente conservador em termos de risco, facto a que não é estranha a sua conturbada experiência migratória que lhe exigiu um sem número de dificuldades para conseguir obter poupanças. Daí que só invista o seu dinheiro

69) Cf. OCDE – *Services Pour le Retour et la Réinsertion Des Travailleurs Émigrés*. Ob. cit.

70) SILVA, Manuela *et al.* – *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*. Ob. cit.

quando tem confiança absoluta nas instituições com quem se vai relacionar. Partindo deste pressuposto há um instrumento financeiro, no actual quadro legislativo português, que permite aos emigrantes contribuírem para o desenvolvimento das suas regiões: trata-se das Sociedades de Desenvolvimento Regional nas quais os emigrantes podem ter uma participação como accionistas.

No preâmbulo do Decreto-Lei nº 499/80 diz-se a propósito de tais sociedades: *trata-se de uma instituição cuja finalidade primordial é a de contribuir para a revitalização económica das regiões, nomeadamente das que sofrem de factores depressivos de carácter estrutural. Aguarda-se que da acção das sociedades de desenvolvimento regional resulte a orientação para aplicações produtivas em cada região, não só do aforro nela formado, mas também de recursos constituídos noutras zonas do país ou no estrangeiro, designadamente pelos emigrantes.* Revitalização económica das regiões, aplicações produtivas do aforro nelas formado e das poupanças dos seus emigrantes, são os conceitos chave desta transcrição que urge reter.

No artigo 4º do citado Decreto-Lei afirma-se que:

1 – O capital social das Sociedades de Desenvolvimento Regional é representado por acções ordinárias e acções privilegiadas;

2 – *As acções privilegiadas apenas podem ser subscritas por Autarquias Locais, instituições de previdência, associações sem fins lucrativos, fundações de interesse social e outras pessoas colectivas de utilidade pública local, bem como por sociedades cooperativas com sede ou actividade principal na área geográfica referida no nº 1 do artigo 9º, e ainda por pessoas singulares daí naturais ou que aí tenham residência habitual e por emigrantes naturais da Região.*

A participação nas Sociedades de Desenvolvimento Regional, como accionistas, das Autarquias Locais e de outras instituições sediadas na Região e do conhecimento dos emigrantes poderá ser o garante de que estes necessitavam para investirem as suas poupanças nessas sociedades, contribuindo assim para o desenvolvimento da sua Região.

Para além da subscrição e posterior aquisição de acções privilegiadas – que por si só representam já uma forma importante de captação de poupanças – os recursos financeiros das Sociedades de Desenvolvimento Regional podem ser recolhidos noutros domínios, nomeadamente:

I) Depósitos a prazo, constituídos pelas Autarquias Locais e pelos emigrantes (estes expressos em moeda estrangeira);

II) Emissão de obrigações, a médio ou longo prazo, expressas em moeda nacional;

III) Empréstimos, a médio ou longo prazo, contraídos junto das instituições de crédito nacionais.

Uma tal possibilidade de captação de poupanças implicará uma eficiente campanha de promoção e esclarecimento junto das populações e dos

emigrantes, numa tentativa de os sensibilizar para o desenvolvimento regional de que virão a ser os principais beneficiários.

O objecto principal das Sociedades de Desenvolvimento Regional é, grosso modo, contribuir para a revitalização económica da Região através da realização de operações de crédito e financeiras, da promoção de investimentos e da prestação de serviços, no âmbito territorial correspondente ao espaço constituído pelo concelhos que a venham a integrar.

As Autarquias Locais, detentoras de acções privilegiadas e eventuais titulares de depósitos a prazo, têm ampla possibilidade de intervenção na gestão da sociedade e na elaboração dos seus planos de actividade, podendo assim contribuir para a melhoria do bem estar das populações residentes na sua área, ao mesmo tempo que passam a dispôr dos serviços de uma instituição especial de crédito de âmbito regional. Poderá assim a Região autofinanciar-se, caminhando para um desenvolvimento autosustentado e autogerido, única forma de aproveitamento total das potencialidades humanas e materiais do Nordeste Interior.

Contudo, e como afirma C. Oliveira Cruz ⁷¹⁾, é bom não esquecer que *a canalização das poupanças dos emigrantes para as sociedades de desenvolvimento regional pressupõe que estas prossigam, além de critérios regionais, as necessárias normas de rentabilidade e ofereçam a conveniente segurança aos capitais nelas investidos*. Estas normas de rentabilidade têm de permitir e garantir um rendimento mínimo às acções destas Sociedades de Desenvolvimento Regional ⁷²⁾ subscritas pelos emigrantes e demais população, única forma de obter a sua participação.

Será possível pagar juros, equivalentes aos praticados no mercado bancário, aos titulares de depósitos a prazo, obrigações, etc.?

Será possível atribuir e garantir dividendos compensadores aos possuidores de acções?

É óbvio que não.

Numa Região tão carenciada como a do Nordeste grande parte dos investimentos canalizar-se-ão, numa primeira fase, para a satisfação das necessidades básicas das populações, o que, naturalmente, provocará fracas taxas de rentabilidade. Nesta perspectiva será lógico pensar não haver muitos emigrantes interessados em aplicar as suas poupanças na Sociedade de Desenvolvimento Regional, o que não poderá sequer ser criticado.

71) CRUZ, C. Oliveira – *Sociedades de Desenvolvimento Regional e Poupança dos Emigrantes*. Conferência sobre Regionalização e Desenvolvimento. IED. Lisboa, 1984.

72) Em França, em 1955, quando do lançamento das Sociedades de Desenvolvimento Regional, o Estado garantiu aos accionistas um dividendo mínimo de 5%, válido nos doze primeiros exercícios. In CRUZ, C. Oliveira – *Sociedades de Desenvolvimento Regional e Poupança dos Emigrantes*. Ob. cit..

Pois bem, é neste problema agudo e difícil que o Estado pode e deve intervir, através da atribuição de um subsídio que harmonize a taxa de juro aplicada no mercado bancário com a taxa de rendabilidade conseguida pela Sociedade de Desenvolvimento Regional, garantindo tal subsídio pelo menos nos primeiros dez anos de vida da citada sociedade. E não se pense que a atribuição de tal subsídio pressupõe, por parte do Nordeste Interior, um *sentar à mesa do orçamento*, pois que, como é óbvio, o desenvolvimento desta Região irá repercutir-se positivamente no Todo Nacional. Tal subsídio está bem longe de representar o custo da interioridade...

Acabámos de enunciar algumas formas que permitem um melhor aproveitamento do contributo que o regresso dos emigrantes e das suas poupanças pode proporcionar ao desenvolvimento do Nordeste Interior .

Temos bem presente que a riqueza que deveria ter sido criada pelos emigrantes, nesta Região e na época própria, está a regressar ao país agora, em parcela reduzida, já que o valor acrescentado criado pelos emigrantes ficou nos vários países de acolhimento.

Sabemos igualmente que as remessas enviadas pelos emigrantes desta Região têm servido, quase exclusivamente, para resolver problemas gerais da economia portuguesa. O desenvolvimento da agricultura e o surgimento da indústria que teriam evitado a saída de milhares de Nordestinos para outras regiões do país e do estrangeiro continuam adiado. As remessas dos emigrantes não serviram o desenvolvimento desta Região, contribuindo apenas para o equilíbrio do *deve e haver* nacional.

Tendo consciência de todos estes factos temos de concluir afirmando, tal como faz Manuela Silva *et al.* ⁷³⁾ que *o problema do movimento de emigração-retorno e, em particular o retorno, só pode ser correctamente perspectivado e enquadrado em termos de desenvolvimento regional, pois só este pode contrariar os aspectos negativos daquele, permitindo ao emigrante regressar à sua terra não para morrer descansado mas ainda para viver*. Caso tal se não verifique o resultado será um maior desequilíbrio do Nordeste em relação às restantes regiões do País, em nada contribuindo os emigrantes e as suas poupanças para o desenvolvimento da sua região. Acontecerá então que tal como o ciclo do volfrâmio deixou nas serras portuguesas alguns palácios barrocos e degradados, o ciclo da emigração deixará apenas um património imobiliário renovado. ⁷⁴⁾

73) SILVA, Manuela *et al.* – *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*. Ob. cit.

74) POINARD, Michel - *Emigrantes Retornados de França: a Reinserção na Sociedade Portuguesa*. Ob. cit.

Bibliografia

- ALMEIDA, Carlos e BARRETO, António - *Capitalismo e Emigração em Portugal*. Prelo. 3ª Edição. Lisboa, 1976.
- AMARO, Rogério Roque – *Reestruturações Demográficas, Económicas e Sócio-culturais em Curso na Sociedade Portuguesa: O Caso dos Emigrantes Regressados*. Revista “Análise Social”. Vol. XXI, Nº 87, 88, 89. Lisboa, 1985.
- AMARO, Rogério Roque – *Formas de Inovação dos Emigrantes Portugueses*. Associação Portuguesa de Economistas. Lisboa, 1985.
- CAETANO, Marcello – *Ensaio Pouco Político*. Editorial Verbo. Lisboa, s. d..
- CEPEDA, Francisco José Terroso – *Uma Economia Nova para um Nordeste Novo*. Mensageiro de Bragança de 24/9/82, 1/10/82, 5/11/82 e 19/11/82
- CEPEDA, Francisco J. Terroso – *A Agricultura nos Distritos de Bragança e Vila Real (Indicadores Económico-Agrícolas)*. IPB. Série Estudos, 1985.
- CÓNIM, Custódio - *Caracterização do Fluxo de Retornos, 1960 - 1970*. I.E.D.. Caderno nº 8, Lisboa, 1984.
- CÓNIM, Custódio – *Emigrantes Portugueses: O Regresso, 1960–1990. Portugal e a Europa, o Fim de um Ciclo Migratório*. IED. Lisboa, 1985.
- CORDOVIL, FRANCISCO e SANTANDER, JOSÉ – *Séries Regionalizadas do Produto*,

- Remessas e Excedente para 1977 e 1979 e do Emprego para 1977. Ed. prov.. GEBEI/IACEP. Lisboa, 1981.
- CRAVINHO, João – *Retorno e Desenvolvimento. Comentário aos Estudos do IED e do CEDEP*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. Lisboa, 1985.
- CRUZ, C. Oliveira – *Sociedades de Desenvolvimento Regional e Poupança dos Emigrantes*. Conferência sobre Regionalização e Desenvolvimento. IED. Lisboa, 1984.
- FERREIRA, Eduardo Sousa – *Retorno e Desenvolvimento: Subsídios para uma Economia de Reintegração dos Emigrantes Portugueses*. Teorema. Lisboa, 1985.
- GENDT, Rien V. – *Services Pour le Retour et la Réinsertion des Travailleurs Émigrés*. OCDE. Paris, 1977.
- Instituto Federal de Estatística de Wiesbaden - Alemanha, Série 1.4, Estrangeiros, 1979.
- Instituto Universitário da Beira Interior (IUBI) - Beira Interior - Uma Região Viável. Edição conjunta da ADEBI - Associação para o Estudo e Defesa do Ambiente e da Qualidade de Vida na Beira Interior e do IUBI - Instituto Universitário da Beira Interior, 1984.
- LIMA, M. Pires de - *O Inquérito Sociológico*. Lisboa, 1981.
- LOPES, A. Simões - *Planeamento Regional: Concepção e Operacionalidade numa Óptica de Sistema*. Revista "Economia e Sociologia." Vol. 14. Évora, 1972.
- LOPES, A. Simões – *Desenvolvimento Regional: O Quadro Regional*. Associação de Estudantes do Instituto Superior de Economia. Lisboa, 1977.
- LOPES, A. Simões; OLIVEIRA, Manuela e RODRIGUES, Ludgero - *Desequilíbrios Regionais e Integração*. Revista "Estudos de Economia". Vol. II, nº 1. Setembro/Dezembro de 1981.
- LOPES, A. Simões – *Desenvolvimento Regional: O "Estado da Arte" em Portugal ou a Política da Ausência de Política*. Revista Estudos de Economia. Vol. III. Nº 2. Lisboa, 1983.
- LOPES, A. Simões – *Teoria e Política do Desenvolvimento Regional*. Revista "Estudos de Economia". Vol. III, Nº 4. Lisboa, 1983.
- LOPES, A. Simões – *Infraestruturas e Desenvolvimento Regional*. Revista "Brotéria". Vol. 122, Nº 3. Março de 1986.
- MARTINS, Assis Farinha – *Transferências de Tecnologia, Investigação Científica e Desenvolvimento*. Revista "Nação e Defesa". Instituto de Defesa Nacional. Ano III, Nº 8. Outubro/Dezembro de 1978.

- MARTINS, Oliveira - *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa, 1956.
- MATOS, Manuel de - A Emigração na RFA, do Ponto de Vista do Emigrante Português, Embaixada de Portugal em Bonn, 1980.
- MEHRLANDER, Ursula - *L'Avenir de L'Immigration. Repatriement ou Politique D'integration Des Étrangers En R.F.A.*. Comunicação apresentada no Seminário Portugal e a Europa, O Fim de um Ciclo Migratório. IED. Lisboa 1985,
- Ministère du Travail et de la Participation de França (le Dossier de L'Immigration, 1978 - Fiches d'information, 1978/81 - Migrations/Études 20 et 21, 1979).
- NAZARETH, J. Manuel - *O Efeito da Emigração na Estrutura de Idades da População Portuguesa*. Revista "Análise Social". Vol. XII, Nº 46. Lisboa, 1976.
- NAZARETH, J. Manuel - *Conjuntura Demográfica da População Portuguesa no Período de 1970-80: Aspectos Globais*. Revista "Análise Social". Vol. XX, Nº 81, 82. Lisboa, 1984
- PAIVA, Amadeu - *Balço da Investigação sobre Retorno e Reintegração de Emigrantes. Consequências para uma Política em Portugal*. IED, Lisboa, 1985.
- PEREIRA, Mário - *A Estrutura Agrária Portuguesa (1968-1970). Suas Relações com a População e a Produção Agrícolas*. CEEA/IGC. Oeiras, 1979.
- POINARD, Michel. - *Emigrantes Portugueses: O Regresso*. Revista "Análise Social" do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 3ª Série, Vol. XIX, 1983 - 1º.
- POINARD, Michel - *Emigrantes Retornados de França: a Reinserção na Sociedade Portuguesa*. Revista "Análise Social". Vol. XIX, Nº 76. Lisboa, 1983.
- PORTO, Manuel C. Lopes - *Emigration and Regional Development in Portugal*. Boletim da Comissão de Planeamento da Região Centro, Nº 5. Coimbra, 1977.
- PORTO, Manuel C. Lopes - *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional, Perspectivas de Análise e Política*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. Lisboa, 1985.
- Revista "Migraciones Internacionales" do Comité Intergubernamental Para las Migraciones - Vol. XXIV - Nº 1 - Março de 1986.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz - *Emergência de uma Nova Cultura: Os "Portugueses de França"*. III International Meeting on Modern Portugal. Durhan, New Hampshire. Edições Teorema. Lisboa, 1985.

- SERRÃO, Joel - *A Emigração Portuguesa*. Livros Horizonte. 4ª Edição. Lisboa, 1982.
- SERUYA, Luís e PISCO, Manuel – *O Retorno dos Emigrantes Portugueses na Europa e o Desenvolvimento Regional*. IED. Lisboa, 1982.
- SILVA, Manuela *et al.* - Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal. IED. Lisboa, 1984.
- SILVA, Manuela – *O Fenómeno do Retorno na Dinâmico do Emprego e do Desenvolvimento Regional*. Revista “Desenvolvimento”. Nº 2, Junho de 1985.
- STAIL, Heinz Michael - *Perspectivas da Emigração Portuguesa Para a CEE- 1980 / 1990*. Morais Editores IED. Lisboa 1982.

Títulos publicados nesta série:

- A agricultura nos distritos de Bragança e Vila Real**
Francisco José Terroso Cepeda – 1985
- Política económica francesa**
Francisco José Terroso Cepeda – 1985
- A educação e o ensino no 1º quartel do século XX**
José Rodrigues Monteiro e Maria Helena Lopes Fernandes – 1985
- Trás-os-Montes nos finais do século XVIII:
alguns aspectos económico-sociais**
José Manuel Amado Mendes – 1985
- O pensamento económico de Lord Keynes**
Francisco José Terroso Cepeda – 1986
- O conceito de educação na obra do Abade de Baçal**
José Rodrigues Monteiro – 1986
- Temas diversos – economia e desenvolvimento regional**
Joaquim Lima Pereira – 1987
- Estudo de melhoramento do prado de aveia**
Tjarda de Koe – 1988
- Flora e vegetação da bacia superior do rio Sabor
no Parque Natural de Montesinho**
Tjarda de Koe – 1988
- Estudo do apuramento e enriquecimento de um
pré-concentrado de estanho tungsténio**
Arnaldo Manuel da Silva Lopes dos Santos – 1988
- Sondas de neutrões e de raios Gama**
Tomás d'Aquino Freitas Rosa de Figueiredo – 1988
- A descontinuidade entre a escrita
e a oralidade na aprendizagem**
Raul Iturra – 1989
- Absorção química em borbulhadores gás-líquido**
João Alberto Sobrinho Teixeira – 1990
- Financiamento do ensino superior no Brasil –
Reflexões sobre fontes alternativas de recursos**
Victor Meyer Jr. – 1991
- Liberalidade régia em Portugal nos finais da idade média**
Vitor Fernando Silva Simões Alves – 1991
- Educação e loucura**
José Manuel Rodrigues Alves – 1991